

# CADERNO DE RESUMOS EXPANDIDOS



06/12  
/2016

Seminário de Qualificação

Programa de Pós-graduação em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social

## Sumário

Objetivos	2
Cronograma	3
Resumo Expandido 1 – Alline Hellen Moreira	5
Resumo Expandido 2 – Ana Paula Macêdo	11
Resumo Expandido 3 – Bruno Santos	16
Resumo Expandido 4 – Emmi Myotin	21
Resumo Expandido 5 – Gabriela Lamounier	28
Resumo Expandido 6 – Júnia Andrade	34
Resumo Expandido 7 – Larissa Coelho	41
Resumo Expandido 8 – Letícia Faleiro	47
Resumo Expandido 9 – Marcia Silva	56
Resumo Expandido 10 - Pablo Ribeiro	60
Resumo Expandido 11 – Paloma Silva	65

# Caderno de resumos expandidos

## SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO

### OBJETIVOS

Esse seminário é um momento especial no nosso programa em que as atividades dos alunos de mestrado conta com avaliação de professores externos e internos ao nosso programa e, ao mesmo tempo, representa uma oportunidade de compartilhar o avanço dos projetos de cada um durante o primeiro ano de curso. Em outras palavras, o evento é uma oportunidade de orientadores (as) e orientandos (as) conhecerem os trabalhos uns dos outros, trocar experiências de pesquisa, compartilhar estratégias metodológicas e expandir as fronteiras de nossas atuações em pesquisa. Buscamos assim, favorecer a integração entre as linhas que compõem as áreas de concentração do nosso PPGP.

### FILOSOFIA

Levamos a cabo tal seminário em um ambiente acadêmico em que um dos eixos é o compromisso ético com a qualidade do que fazemos que se entrecruza com a manutenção de um clima em que há lugar para as críticas acadêmicas em inter-relações de cooperação, coleguismo e compreensão mútua. Em outras palavras, o seminário se desenvolve dentro de um processo de construção em que os méritos se abrilhantam adicionando-se a descobertas de novas possibilidades.

## CRONOGRAMA

<b>Área de concentração:</b> Psicologia Social		<b>Coordenadora:</b> Profa. Dra. Ingrid F. Gianordoli Nascimento	<b>Data:</b> 6 a 7 de dezembro de 2016	
<b>Avaliadores externos:</b> Prof. Dr. Benedito Medrado (UFPE) e Profa. Dra. Maristela de Souza Pereira (UFU)				
<b>Atividades em 6/12</b>				
<b>Horário</b>	<b>Aluno</b>	<b>Título do Projeto</b>	<b>Orientador</b>	<b>Avaliador Interno</b>
13:00	Emmi Myotin	Aspectos psicológicos relacionados ao esporte em teses e dissertações defendidas em instituições de Minas Gerais (1980-2010)	Sergio Dias Cirino	Meily Assbu Linhales
13:50	Larissa Coelho Albertin	A ambiguidade de abordagens comunitárias na mediação de conflitos: um estudo de caso da atuação do Ministério Público em conflitos fundiários urbanos	Cornelis Johannes Van Stralen	Marco A. Máximo Prado
14:40	Gabriela Almeida Moreira Lamounier	Gêneros encarcerados: uma análise das políticas de Alas LGTB no Sistema Prisional de Minas Gerais	Marco A. Máximo Prado	Vanessa A. Barros
14:40	Intervalo			
15:00	Exposição de um dos convidados: sua experiência de pesquisa			
15:30	Letícia Tatiane Rezende Faleiro	Entre segredos e anonimatos: as representações sociais de bulimia e anorexia no ambiente virtual dos blogs	Ingrid F. Gianordoli Nascimento	Adriano Nascimento
16:20	Marcia Francisca de Oliveira Silva	Construindo e reconstruindo gêneros em batalhas de Freestyle: um estudo com vídeos do You Tube	Adriano R. A. do Nascimento	Claudia Mayorga
17:10	Bruno Vieira dos Santos	Ativismo Juvenil e Políticas Públicas: o caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte/MG.	Cláudia A. Mayorga Borges	Lisandra Espíndula Moreira

(Continuação)

<b>Área de concentração:</b> Psicologia Social		<b>Coordenadora:</b> Profa. Ingrid F. Gianordoli Nascimento	<b>Data:</b> 6 a 7 de dezembro de 2016	
<b>Avaliadores externos:</b> Prof. Dr. Benedito Medrado (UFPE) e Profa. Dra. Maristela de Souza Pereira (UFU)				
<b>Atividades em 7/12</b>				
<b>Horário</b>	<b>Aluno</b>	<b>Título do Projeto</b>	<b>Orientador(a)</b>	<b>Avaliador(a) Interno (a)</b>
8:00	Pablo Ferreira Bastos Ribeiro	Famílias, Remoções e Reassentamentos: vivências do espaço às margens de uma rodovia.	Laura Cristina E. Coelho Soares	Andre Luiz Freitas Dias (Direito UFMG)
8:50	Júnia Lúcia Pena de Andrade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): um espaço social para co-produção de autonomia dos usuários em situação de violação de direitos?	Deborah Rosaria Barbosa Cláudia Penido	Izabel Christina Friche Passos
9:40	Intervalo			
10:00	Exposição de um dos convidados: sua experiência de pesquisa			
10:30	Ana Paula Dias Macêdo	Socialização organizacional e remoções em estágio probatório	Livia de O. Borges	Ariane Corradi
11:20	Alline Hellen Moreira	As dinâmicas da identidade feminina para mulheres usuárias de crack em processo de intervenção.	Ingrid F. G. Nascimento	Isabela Saraiva de Queiroz
12:00	Intervalo			
13:30	Paloma do Rosário Vidal e Silva	Aprendizagem, Inovação e Segurança do Trabalho: um estudo no segmento de calçados do APL Calçadista de Nova Serrana	Ariane Corradi	Márcia Siqueira Rapini (FACE/UFMG)
14:20	Seção de avaliação do seminário			

## RESUMO EXPANDIDO 1

Título: As dinâmicas da identidade de gênero para mulheres usuárias de drogas que passaram pela internação em uma instituição hospitalar

Aluna: Alline Hellen Moreira

Linha de pesquisa: Cultura, modernidade e subjetividade

Orientadora: Profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

O fenômeno do uso de drogas tem sido cada vez mais considerado como um importante problema mundial de saúde tendo em vista o aumento de sua incidência e prevalência na atualidade. Percebe-se que apesar do aumento significativo no número de mulheres usuárias, elas apresentam um acesso diminuído ao tratamento, pois enquanto, mundialmente, um em cada três usuários de drogas é mulher, apenas um em cada cinco usuários de drogas em tratamento é mulher (UNODC, 2015). Tendo em vista essa realidade, neste estudo pretendemos discutir as dinâmicas da identidade de gênero para mulheres usuárias de drogas que passaram pela internação em uma instituição hospitalar. O interesse por esta temática surgiu, a partir do contato com o trabalho de Queiroz (2015): “Norma de Gênero e Uso de Drogas: Normalização e Diferença na Experiência de Mulheres”, que discorre sobre a importância do desenvolvimento de trabalhos sobre uso de drogas a partir de uma perspectiva de gênero. Em seu trabalho, Queiroz (2015) realizou uma revisão bibliográfica sistemática dos estudos sobre mulheres que usam drogas, produzidos no Brasil nos últimos 30 anos (1984 a 2013). Os resultados da revisão foram importantes para a caracterização dos discursos científicos sobre esta experiência, pois indicaram que houve um aumento progressivo da utilização da categoria “gênero” nos estudos sobre o tema. Porém, nos trabalhos analisados, “gênero” não foi utilizado como articulador teórico, delimitando-se à análise dos aspectos diferenciais do sexo biológico. Foram encontrados poucos estudos qualitativos, com fins de análise das narrativas de mulheres sobre si mesmas e sua experiência com drogas. Por outro lado, foram identificados muitos estudos quantitativos para a identificação do perfil, padrões de uso e estimativas dos danos. Acerca do fenômeno do uso de drogas, buscamos um enfoque sociocultural, ou seja, voltado para os “determinantes sociais que deram origem à prática de uso, aos modos variados de consumo, às repercussões do uso dessas substâncias nas vidas das mulheres, à definição de substâncias enquanto problemáticas ou não” (Alves & Rosa, 2016, p. 444). Essa perspectiva de análise não desconsidera as dimensões biológicas, ou seja, os riscos e as alterações fisiológicas presentes no consumo de substâncias psicoativas. Analisar a prática do uso de drogas sob um enfoque sociocultural implica afirmar que um dos elementos que perpassa as experiências de uso é o gênero. A noção de gênero utilizada nesse trabalho não se refere simplesmente à diferenciação entre o sexo masculino e feminino, mas sim à intrincada teia de relações socialmente construídas entre

pessoas, balizadas por hierarquias de poder definidas *a priori* por critérios naturalizantes/biologizantes. “Desse modo, ser homem ou ser mulher não constitui uma essência interior, mas o efeito de um conjunto de normas instituídas, mantidas e repetidas sobre o corpo que geram uma aparência de substância (Butler, 2003 apud Queiroz, 2015).” Uma das consequências mais graves dessa concepção de desigualdade entre os sexos, que se manifesta historicamente como a sujeição das mulheres nas relações de gênero, é a violência contra a mulher, ocorrida principalmente no universo familiar. As violências contra a mulher podem ser físicas, psicológicas e sexuais, sendo que há uma estreita relação dessas práticas de violência e o uso de drogas (Júnior, 2016). Partimos do pressuposto que os significados sobre “ser mulher” se modificam conforme o contexto sociocultural e histórico, assim como os significados sobre os usos de drogas. Carson (1995) descreve a identidade de gênero feminina como um produto da articulação de três eixos: 1) a maternidade e o ser mãe; 2) o matrimônio ou a união e o ser esposa ou companheira e 3) o trabalho ou a profissão e o ser trabalhador ou profissional. “Os três vetores e suas dimensões atuam em um mesmo tempo e espaço social (passível de reconhecimento histórico), produzindo a identidade do sujeito através de um processo repleto de contradições, tensões e conflitos (p. 188).” De acordo com a perspectiva utilizada nesse trabalho, gênero se traduz como multiplicidade, pois considera toda a diversidade de modos de ser, oferecendo condições para a abertura de espaços de liberdade que afirmem a equidade das relações. Porém, geralmente, esses significados (e suas variações) são desconsiderados ou ignorados nas dimensões investigativas, das intervenções ou políticas a respeito do consumo de drogas (Alves & Rosa, 2016). Incluir a categoria de gênero como elemento imprescindível na saúde viabiliza uma ampliação da compreensão das características e problemáticas concernentes à assistência prestada pelos órgãos de saúde, bem como potencializa as reflexões críticas da dimensão política nas discussões referentes ao planejamento e financiamento dos serviços de saúde (Queiroz, 2015). Por um lado, as mulheres têm sido vistas pelas políticas públicas, por outro, apesar disso, as mulheres continuam à margem desse assunto, pois o planejamento e a implantação de tratamentos para pessoas usuárias de drogas quase não consideram as diferenças entre os sexos, sejam elas fisiológicas, psicológicas ou sociais. Pode-se afirmar que, recorrentemente, a intervenção para as mulheres acontece tardiamente e sob uma dupla estigmatização “ser mulher + usar drogas”. (Alves & Rosa, 2016, Oliveira, Paiva & Valente, 2006). Considerando as especificidades envolvidas no uso de drogas por mulheres, a nossa pesquisa visa contribuir para a constituição de um campo teórico referente ao fenômeno a partir de uma perspectiva de gênero. Pois assim como Queiroz (2015), Alves e Rosa (2016) constataram, no Brasil encontramos poucas análises sobre o uso de drogas a “partir de uma perspectiva de gênero, especialmente entre as mulheres, dado que um olhar de gênero pode revelar a fragilidade das políticas públicas voltadas para as pessoas que consomem, que não têm suas reais necessidades identificadas e atendidas” (p. 444). Portanto, esperamos que as reflexões que

surgirem nesse trabalho possam contribuir para a ampliação dos conhecimentos teóricos relativos ao uso de drogas por mulheres, influenciando na construção de políticas que considerem em sua prática todas as singularidades desse público. Em uma pesquisa (Oliveira, Paiva e Valente, 2006) acerca das representações de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas, os mesmos reconheceram as adversidades da vida, representadas principalmente por questões de ordem social, profissional, moral ou de saúde, como desencadeadores do início e manutenção do uso de drogas por pessoas de ambos os sexos, de qualquer idade, raça ou classe social. Ainda com base na experiência vivida dos profissionais, a constatação do aumento do número de mulheres usuárias de drogas é associada às mudanças no estilo de vida das mulheres nos últimos anos. A sobrecarga de trabalho e as responsabilidades das mesmas influenciam no modo e na quantidade de drogas consumidas. A busca por uma excelência daquelas tarefas socialmente designadas às mulheres, assim como ao desejo de atender aos padrões de beleza estabelecidos são práticas sociais que favorecem o consumo abusivo, principalmente de medicamentos. Com relação às substâncias ilícitas, o lugar da maternidade e/ou do casamento é apontado como fatores que dificultam o desenvolvimento do quadro de dependência. “Tal representação traz, explícita e implicitamente, a ideia de que a cultura marca padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres, de acordo com os papéis para eles determinados.” (Oliveira et. al., 2006, p. 477). Os profissionais de saúde também descreveram que as mulheres usuárias de drogas apresentam formas de esconder o consumo, se protegendo de práticas discriminatórias diante das condutas adotadas. Os profissionais afirmam que geralmente as mulheres iniciam o uso numa relação de vinculação e subordinação ao parceiro, que se manifestam de diferentes formas na tentativa de manter, inclusive, o papel de cuidadora. Há também aquelas mulheres que mantêm parceria sexual com homens igualmente usuários, sem o uso rotineiro de preservativos, e resistem a buscar tratamento com medo de serem discriminadas. Por fim, as mulheres mantêm relações sexuais com um ou vários parceiros para conseguir a droga. (Oliveira et. al., 2006). De modo geral, as mulheres usuárias de drogas não pertencem a um grupo homogêneo, contudo, de acordo com a pesquisa realizada por Medeiros (2015), os levantamentos apontam para um perfil com menor nível socioeconômico, baixa escolaridade, maior presença no mercado informal, em idade fértil e com filhos, menor acesso aos serviços de cuidado e proteção. As características desse perfil demonstram o estado de vulnerabilidade e risco social no qual essas mulheres se encontram. O objetivo geral da presente pesquisa consiste em identificar e analisar as dinâmicas da identidade de gênero para mulheres usuárias de drogas que passaram pela internação em uma instituição hospitalar. E os objetivos específicos: a) Realizar uma revisão bibliográfica sobre temática de drogas e da identidade de gênero a partir da psicologia social; b) Analisar e descrever como as mulheres relacionam a identidade de gênero ao uso de drogas; c) Identificar e descrever como o uso de drogas interfere nas relações interpessoais dessas mulheres associados aos elementos identitários

femininos; d) Investigar os significados atribuídos por essas mulheres em ser usuária de drogas. Identificamos que seria coerente com os propósitos dessa pesquisa qualitativa a escolha de um método de perspectiva fenomenológica para investigação em psicologia. Partimos da ideia de que através desse método seria possível apreender os sentidos múltiplos atribuídos à experiência de mulheres usuárias de drogas, considerando a complexidade desse fenômeno, a integração e inter-relação dos âmbitos individual, social e cultural. Assim, investigar determinado fenômeno a partir de um conjunto de sujeitos-participantes implica em considerar que as trajetórias pessoais de experiência do fenômeno devem ser analisadas conjuntamente de forma a aproximá-lo do fenômeno vivido coletivamente (Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento, 2007). O primeiro contato aconteceria durante o período em que as participantes estiverem internadas com vistas ao tratamento psiquiátrico, e que apresentarem histórico de uso abusivo de drogas. O perfil das mulheres não será definido *a priori*, ou seja, entrevistaremos todas aquelas que apresentarem disponibilidade para participar da pesquisa até atingir o critério de saturação. Como procedimento de coleta de dados, será realizado um contato prévio com essas mulheres durante o período em que elas estiverem internadas. Após os primeiros encontros durante a internação, serão comunicados a cada uma das mulheres os propósitos desse estudo, certificando se há interesse da participante em ser entrevistada. Se houver concordância das participantes, entraremos em contato por telefone alguns dias após o término de sua internação, questionando sobre o local de sua preferência para que a entrevista seja realizada. Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado. Com a análise dos dados, pretendemos descrever a estrutura geral do fenômeno em questão, tais como experienciados e vividos usando as descrições e as explicações das dadas pelas participantes. O nosso objetivo consiste em compreender, descrever e analisar como diferentes pessoas experienciam uma dada condição que é comum a elas, nesse caso o consumo de drogas (Trindade et. al., 2007). Os dados da entrevista serão organizados seguindo as fases descritas por Trindade (1991 apud Trindade et. al., 2007): **Fase 1:** Transcrição integral das entrevistas, pela própria pesquisadora, incluindo todos os aspectos relativos ao comportamento não verbal, como choros, risadas, silêncios, pausas. Ao final dessa fase, teremos o relato bruto da entrevista; **Fase 2:** Leitura exaustiva de todo o conteúdo transcrito, com o objetivo de delimitar as unidades de significado, que seriam temas significativos e comuns identificados pela pesquisadora na experiência vivida das participantes. A pesquisadora irá categorizar as falas de acordo com cada unidade de significado; **Fase 3:** Reorganização das entrevistas de acordo com as unidades de significado, sendo que a distribuição das falas das entrevistadas nas unidades independe de uma lógica sequencial do relato; **Fase 4:** Modificação dos relatos em linguagem parcialmente padronizada, de acordo com o fenômeno em observação. A pesquisadora organiza o conteúdo da fala da participante em cada unidade de significado e transcreve em terceira pessoa,

sintetizando o conteúdo; **Fase 5:** “Transformação das unidades de significado em uma ‘estrutura’, articulando os constituintes de significado específico encontrados nas respostas” (Trindade, 1991, p. 37 apud Trindade et. al, 2007, p. 87). Nessa fase, o objetivo seria elaborar um texto único que abarca todos os temas que compõe a experiência da participante. Assim, para resguardar a singularidade e a identificação de cada uma das participantes, pretendemos utilizar nomes fictícios para as mulheres.

**Palavras-chaves:** identidade de gênero; mulheres; drogas.

### Referências

- Alves, T. M. & Rosa, L. C. S. (2016). Usos de substâncias psicoativas por mulheres: a importância de uma perspectiva de gênero. *Estudos Feministas*, 24(2): 443-462. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44594/31749>
- Brockmeier, J., & Harré, R. (2003). Narrativas: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 525-535. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a11.pdf>
- Carson, A. C. (1995). Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. *Cadernos Pagu*, 4, 187-218.
- Figueiredo, W. (2005). Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 105-109. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a11v10n1.pdf>
- Júnior, FJGS. et al. (2016, julho/setembro). Dependência química e violência no universo feminino: revisão integrativa. *Rev Fund Care Online*, 8(3):4681-4688. Recuperado de <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4274>.
- Medeiros, K. T. et al. (2015). Vivências e Representações sobre o Crack: Um Estudo com Mulheres Usuárias. *Psico-USF*, 20(3), 517-528. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v20n3/2175-3563-pusf-20-03-00517.pdf>

- Oliveira, J. F. de, Paiva, M. S., & Valente, C. L. M. (2006, junho). Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2), 473-481. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232006000200024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200024&lng=en&nrm=iso)
- Queiroz, I. S. (2015). *Norma de gênero e uso de drogas: normalização e diferença na experiência de mulheres*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Trindade, Z. A. (1991) *Representações Sociais da Paternidade e da Maternidade: implicações no Processo de Aconselhamento Genético*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Trindade, Z.A.; Menandro, M. C. S. & Gianordoli-Nascimento, I.F. (2007) Organização e interpretação de entrevistas: uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. Em Rodrigues, M. M. P. R. & Menandro, P.R.M. (Orgs.), *Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia*.(pp.71-92). Vitória: UFES – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/GM Gráfica Editora.
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). (2015). World Drug Report 2015. Retirado de <http://unodc.org/brazil>.

**RESUMO EXPANDIDO 2**

Título: **Socialização organizacional e remoções em estágio probatório**

Aluno: Ana Paula Dias Macêdo

Linha de pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Livia de Oliveira Borges

O momento atual das universidades pode ser caracterizado de diversas maneiras, entre as quais a partir da renovação de seus quadros, dos encontros geracionais, pela intensidade da transformação da organização do trabalho, pela ampliação da aplicação de mecanismos governamentais de controle e pelo crescimento das exigências de efetividade no desenvolvimento das funções acadêmicas. O ambiente de mudanças e de crises engendram, por sua vez, novos desafios à gestão de pessoas, entre eles as remoções de servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAE's) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre seus campi, unidades administrativas e acadêmicas. A UFMG tem lidado com esse desafio efetivamente? Quais as razões das remoções? Quais são as implicações de ser removido em estágio probatório, para os TAE's e para a universidade? Tais indagações refletem, parcialmente, minha atuação como psicóloga na Pró-reitoria de Recursos Humanos (PRORH) da UFMG, onde desde meu ingresso estou lotada na Divisão de Acompanhamento Funcional do Departamento de Recursos Humanos (DRH). Minhas atribuições são acompanhar servidores estáveis e em estágio probatório (ESP) que apresentam problemas funcionais e que demandem algum tipo de intervenção do DRH. Neste contexto de indagação, a presente pesquisa tem por objetivo conhecer o processo de socialização dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE's) em estágio probatório (ESP) na UFMG em que medida este processo está relacionado aos pedidos de remoção que ocorrem durante o ESP. Ao entrar em exercício na Universidade, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório conforme artigo 20 previsto na lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com duração de 3 anos (Emenda Constitucional nº 19/98). Durante este período a aptidão e capacidade do servidor serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede (Lei Federal 8112/1990). Há um contingente significativo de TAE's que pedem remoção ainda em ESP, se comparado ao total de servidores que solicitam remoção considerando o período entre 2014 a 2016, de acordo com um levantamento prévio solicitado oficialmente ao DRH no processo de elaboração deste projeto. O DRH informou os seguintes dados: 394 servidores solicitaram remoção de 2014 a 2016. Do total de servidores TAE's que pediram remoção, 151 estão em estágio probatório.

Foram realizadas 243 remoções no referido período e dentre os servidores removidos, 101 estavam em estágio probatório e 44 ainda permanecem no cadastro, aguardando oportunidade de remoção. No total, 146 servidores TAE's entre estáveis e em estágio probatório aguardam no cadastro para serem removidos. Embora não haja impedimento legal para que tais remoções ocorram durante o ESP, não é o que é esperado pela instituição por se tratar de uma fase em que o TAE está em processo de aprendizagem e adaptação ao novo ambiente de trabalho. Por isso, pesquisar se os pedidos de remoção estão relacionados com o processo de socialização dos TAE's de forma reflexiva e contextualizada poderá trazer elementos importantes para aperfeiçoar este processo. A socialização organizacional é um tipo de socialização secundária conforme a classificação de Berger e Luckmann (2004), consistindo no processo das pessoas tornarem-se membros de uma organização. O quadro teórico sobre o tema tem apresentado evolução acentuada das abordagens e modelos teóricos adotados. Destaca-se o surgimento das abordagens integradoras, caracterizadas por: (1) explorarem o fenômeno em multiníveis, abrangendo contextualização sociais e conjunturais, bem como organizacionais; (2) considerarem as ações organizacionais e a pró-atividade dos sujeitos em suas múltiplas interações processuais. (Griffin, Colella & Goparaju, 2000; Sacks & Ashforth, 1997; Van Maanen & Schein, 1979). Tais abordagens no campo da Psicologia do Trabalho e das Organizações são concernentes às compreensões do interacionismo-simbólico e do construtivismo na Psicologia Social, bem como abre espaço para influências de análises institucionais. Partindo, então, do referido quadro teórico estabeleci os seguintes objetivos específicos: (1) identificar quais táticas de socialização e suas dimensões têm sido implementadas pela universidade no processo de socialização dos TAE's e sua coerência com os objetivos institucionais; (2) conhecer quais ações os TAE's desenvolvem para se socializar, facilitando o seu próprio processo de socialização e se houve dificuldades neste processo; (3) apreender a visão dos TAE's e suas chefias (anterior e a atual) sobre desdobramentos pós-remoção: acolhimento, treinamento, adaptação as novas tarefas, relacionamento com chefia e colegas e por último (4) saber como os fatores extra organizacionais e organizacionais se inter-relacionam com o processo de socialização dos TAE's.

Em referência ao método, realizarei uma pesquisa de campo e documental. Na primeira aplicarei entrevistas semiestruturadas com os TAE's, ocupantes do cargo de assistentes em administração (por ser o cargo com maior número vagas), com as chefias dos mesmos e com pessoas-chave (profissionais ligados à PRORH e ao Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (SINDIFES). Na segunda analisarei documentos públicos da UFMG tais como a lei 8.112/1990; Emenda constitucional nº19/98; Portaria nº112/2016; Regimento Geral (Resolução complementar no 03/2012, de 27 de novembro de 2012); Estatuto (Resolução 04/99, 4 de março de 1999); Relatório de Gestão

2010-2014 e 2015, Formulário de Estágio Probatório, formulário de remoção e formulário de Avaliação Introdutório. As duas técnicas serão aplicadas de maneira inter-relacionada, considerando que a pesquisa documental poderá contribuir para identificar pessoas-chave e vice-versa, bem como as entrevistas de pessoas-chave poderão contribuir na definição de critérios para escolher os demais servidores a serem entrevistados, assim como outros documentos que poderão ser utilizados na pesquisa. Partindo do pressuposto de que a universidade é bastante diversa, as entrevistas com pessoas-chave podem apontar diferenças significativas quanto a remoção a depender da unidade na qual se encontre o TAE e contemplar essa diversidade será importante para a pesquisa. Transcreverei as entrevistas de maneira literal. O material textual resultante das duas técnicas de pesquisa será submetido à análise de conteúdo, devendo ser categórica para as respostas das entrevistas e hermenêutica para os documentos. Esses se caracterizam por produções textuais que não foram produzidas para a pesquisa (portanto mais naturalistas) e as entrevistas serão construídas na interação pesquisador-sujeito no contexto da pesquisa. Em síntese, optei, desta forma, pela triangulação metodológica que, de acordo Azevedo et. al. (2013), possibilita olhar para um mesmo fenômeno a partir de mais de uma fonte de dados. A expectativa é que aplicação das duas técnicas mencionadas permitirão o acesso a diferentes níveis de análise (micro, meso e macro), bem como uma compreensão aprofundada e contextualizada do processo de socialização dos TAE's em ESP, bem como do fenômeno da remoção. Para o desenvolvimento das análises, espero contar com a equipe do laboratório em que estou inserida e, do ponto de vista instrumental, com o programa de informática QDA Miner. Como resultados esperamos que esta pesquisa possa contribuir para o aperfeiçoamento de práticas e políticas da gestão universitária em aspectos relacionados ao processo de socialização dos TAE's. Do ponto de vista ético, tenho refletido que minha condição de servidora é, de um lado, um fator facilitador no sentido de levar indagações e de me aproximar do campo. De outro, é um aspecto problematizador, exigindo o aguçamento da capacidade crítica para abrir-se aos pontos de vistas surpreendentes que possam emergir. Por fim, esclareço que desenvolverei a presente pesquisa de maneira vinculada a um projeto mais amplo sobre qualidade de vida e condições de trabalho dos servidores da UFMG.

**Palavras-chave:** socialização organizacional; estágio probatório; remoção, universidade; servidores.

### Referências

- Azevedo, C. E. F., Oliveira, L. G. L., Gonzalez, R. K., & Abdalla, M. M. (novembro, 2013). A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. In EnEPQ. *VI Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília.
- Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Berger, P. L., & Luckmann, T. A. (2005). *A construção social da realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento (tradução de Floriano de Souza Fernandes.) Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1985).
- Carvalho, V. D. (2009). *Resiliência e socialização organizacional de novos servidores: um estudo transcultural* (Tese de Doutorado). Recuperado de [http://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17394/1/VirginiaDC\\_TESE.pdf](http://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17394/1/VirginiaDC_TESE.pdf)
- Chao, G. T., O'Leary-Kelly, A. M., Wolf, S., Klein, H. J., & Gardner, P. D. (1994). *Organizational Socialization: Its Content and Consequences*. *Journal of Applied Psychology*, 79(5), 730-743.
- Borges, L. O., & Albuquerque, F. J. B. (2014). Socialização organizacional. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Org.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp.351-384). Porto Alegre: Artmed.
- Campos, Claudinei José Gomes. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), 611-614. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>
- Coelho, M. (2014). O programa Reuni na UFMG: contexto, adesão, implantação, criação do Giz e suas ações formativas. *Revista Docência do Ensino Superior*, 4, 3-46. Recuperado de <https://seer.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/922/712>
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, (24), 213-225. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.357>
- Emenda Constitucional 19, de 04 de junho de 1998, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)
- Fraser, M. T. D., Gondim, S., M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152. doi: [10.1590/S0103-863X2004000200004](https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004)
- Gaskell, G. (2008). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). Rio de Janeiro: Vozes.
- Griffin, A. E. C., Colella, A., & Goparaju, S. (2000). Newcomer and organizational socialization tactics: an interactionist perspective. *Human Resource Management Review*, 10(4), 453-474.
- Jones, G. R. (1986). Socialization tactics, self-efficacy, and newcomers' adjustments to organizations. *Academy of Management Journal*, 29(2), p. 262-279.
- Lei Federal 8112, de 11 de dezembro de 1990, Presidência da República. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm)
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

- Pimentel, A. O Método da Análise Documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, p. 179-195, n. 114, novembro/ 2001.
- Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Relatório de gestão 2010-2014. Belo Horizonte: UFMG. Recuperado de <https://www.ufmg.br/relatoriodegestao/2010-2014>
- Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Relatório de gestão 2015. Belo Horizonte: UFMG. Recuperado de [https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2015\\_retificado-1.pdf](https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2015_retificado-1.pdf)
- Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Portaria nº 112 da UFMG: Sobre o estágio probatório dos TAE's. Belo Horizonte.
- Sá-Silva, J. R., de Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2015). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1).
- Saks, A. M., Asforth, B. E. (1997). Organizational socialization: making sense of past and present as a prologue for the future. *Journal of Vocational Behavior*, 51, 234-279.
- Van Maanen, J., & Schein, E. H. (1979). Toward a theory of organizational socialization. In Staw, B. M. (Org.). *Research in organizational behavior*, 1, 209-264. doi: 10.1.1.475.8533

### RESUMO EXPANDIDO 3

Título: Ativismo juvenil e políticas públicas: o caso do Centro de Referência de Juventude de Belo Horizonte/MG

Aluno: Bruno Vieira dos Santos

Linha de pesquisa: Política, participação social e processos de identificação

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Mayorga

A presente proposta de estudo objetiva compreender as diversificadas tensões existentes entre grupos juvenis da sociedade civil e o poder público instituído no que tange à construção de políticas públicas voltadas para tal segmento. Apesar de estudos e pesquisas que dicotomizam a participação política juvenil em dois polos opostos – ora participação plena e “cidadã”, ora apatia e alheamento –, o que podemos enxergar além dessa polarização a respeito da participação política juvenil? (Abramo, 1997; Cassab, 2010; Mayorga, Prado e Castro, 2012; Mayorga, 2013).

Uma questão que tem sido colocada em segundo plano no que tange à ação política no campo da juventude é a reflexão da possibilidade do próprio jovem ser caracterizado como sujeito da ação política. É necessário, dessa forma, nos perguntarmos sobre as relações políticas que a juventude estabelece em espaços institucionais e não institucionais, pois a atuação política dos jovens pode se mostrar heterogênea a ponto de a dicotomização apatia/participação plena não dar conta da discussão. É sob o viés de tal indagação que pode ser possível compreendermos e analisarmos como o ativismo juvenil, na contemporaneidade, tem construído a esfera pública e interferindo direta ou indiretamente na sua construção/constituição (Mayorga, 2013).

Nos últimos anos, vislumbramos a efervescência de grandes mobilizações encabeçadas, em boa parte, pela juventude. Tais movimentações têm ocorrido em nível global, como os Indignados na Espanha (15-M), o Occupy Wall Street nos Estados Unidos e a Primavera Árabe no Oriente Médio. Na América Latina, podemos citar o movimento estudantil do Chile (Los Pingüinos) de 2006, o Yo Soy 132, do México – ocorrido em 2012 – e as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil. Inicialmente, os protestos brasileiros se iniciaram em São Paulo reivindicando o passe livre no transporte coletivo, mas as manifestações se espalharam pelo país e abarcaram pautas diversas, como saúde, educação, Direitos Humanos e Reforma Política (Mayorga, 2014). Nesse esteio, Belo Horizonte tem presenciado movimentações e ações políticas protagonizadas pela parcela jovem da cidade, que se utiliza da arte e

da cultura para realizar discussões políticas que atingem o território, como a Praia da Estação<sup>1</sup>. Trata-se de uma atuação que questiona a institucionalidade ao se articular de maneira autônoma e desvinculada das formas tradicionais de participação tendo a horizontalidade e a autogestão como princípios organizativos não hierárquicos.

Este trabalho tem por objetivo geral compreender a relação entre ativismo juvenil e políticas públicas de juventude a partir da análise do processo de implementação do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte/MG, no período de 2006 a 2016. Como objetivos específicos, pretende-se compreender o debate acerca do Centro de Referência da Juventude na construção do ativismo juvenil em Belo Horizonte no período de 2006 a 2016; realizar um mapeamento dos grupos juvenis que se destacaram na interlocução com o poder público sobre a implementação do Centro de Referência da Juventude, analisando sua dinâmica de organização e atuação no debate público; e analisar a relação entre movimentos juvenis e a delimitação de políticas públicas de juventude em Belo Horizonte.

De 1993 a 2008, Belo Horizonte vivenciou administrações municipais que permitiram um menor distanciamento entre sociedade civil e governo por meio da participação institucional. (Machado, 2007). Uma dessas instâncias de participação são as conferências municipais temáticas, realizadas com periodicidade específica a cada área. É dentro do contexto de realização da 3ª Conferência Municipal de Juventude, ocorrida no primeiro semestre de 2006, que advém a proposta do Centro de Referência da Juventude (CRJ). O Centro é uma das 254 propostas de políticas públicas elencadas no documento final da conferência que seriam tidas como prioritárias pelo recém-eleito Conselho Municipal de Juventude (Ladeira, 2008). Ainda que aprovado em 2006, somente cinco anos depois o debate sobre o CRJ teve andamento.

O processo de implementação, de 2011 a 2016, é marcado por tentativas de diálogo entre grupos juvenis e Prefeitura de Belo Horizonte, responsável pela implantação do Centro junto com o Governo do Estado de Minas Gerais. Ressalte-se aqui a realização de duas audiências públicas que objetivaram discutir a gestão do espaço e seu projeto conceitual e a formação de um grupo de trabalho composto por sociedade civil e poder público. Entretanto, as audiências não surtiram o efeito desejado pelos grupos juvenis e o grupo de trabalho foi descontinuado porque tais grupos compreenderam que não havia possibilidade de diálogo com o poder público (Fórum das Juventudes, 2011; Fórum das

---

<sup>1</sup> É difícil resumir em uma nota de rodapé o que vem a ser a Praia da Estação. Grosso modo, posso dizer que se trata de uma movimentação social juvenil surgida em Belo Horizonte no início de 2010, que dialoga com movimentações sociais protagonizadas por jovens na contemporaneidade. É uma manifestação espontânea articulada pela internet que visava a derrubada de um decreto, sancionado no final de 2009 pelo então prefeito Márcio Lacerda, que proibia quaisquer tipos de eventos na Praça da Estação, situada na região central da cidade. Para além de ser uma movimentação para a derrubada de um decreto, a Praia se tornou uma “antena parabólica ativista” (Oliveira, 2012), aglutinando demandas e militâncias diversas tanto de BH como da Região Metropolitana. As dissertações de Oliveira (2012), Albuquerque (2013) e Melo (2014), que constam nas referências deste texto, trazem mais insumos para tal conversa.

Juventudes, 2015). O prédio ficou pronto em 2015, mas com a possibilidade limitada de sua utilização. Como radicalização da discussão, durante os meses de maio e junho de 2016 o CRJ foi ocupado por participantes de coletivos, de grupos partidários de esquerda e também ativistas autônomos, como jovens do skate, do hip hop e do funk, que reivindicavam a imediata abertura do Centro com uma gestão colaborativa e compartilhada (O Tempo, 2016). Estimo que pelo menos 30 grupos realizaram ações no #OcupaCRJ, que reverberou pela cidade e pela região dos municípios próximos, convocando jovens de diversas classes sociais, raças e localidades para habitarem o prédio com as suas respectivas identidades.

É pertinente tomar o Centro de Referência da Juventude como caso a ser analisado por esta pesquisa porque esse equipamento apresenta nuances em âmbitos distintos da atuação política juvenil belorizontina. A partir das minhas observações prévias e de anteriores inserções acompanhando as discussões sobre o equipamento, consigo elencar três momentos onde tal política pública ganha centralidade:

1. A proposição, em 2006: como descrevo acima, foi na Conferência Municipal desse ano que o CRJ foi colocado enquanto proposta de política pública para as juventudes daquela época;
2. A rearticulação, em 2011: por cinco anos, o debate sobre o Centro não foi tomado como prioridade frente a outras lutas que se pronunciavam na cidade. Foi nesse ano que a Prefeitura retoma o CRJ, o que reacende o debate sobre o equipamento;
3. A ocupação, em 2016: o desgaste gerado entre os grupos juvenis e a PBH motivou a #OcupaCRJ, que durou até que se chegasse num consenso mínimo sobre a gestão do espaço.

Para alcançar os objetivos delimitados neste projeto, dividimos a pesquisa em três etapas. Na primeira, será feito um levantamento documental (análise documental-bibliográfica) que inclua normativas municipais, documentos oficiais e, além do mundo oficial, os discursos e posicionamentos públicos de grupos juvenis, publicados em meios de comunicação como blogs e mídias sociais. A busca documental não se resumirá às fontes consideradas “oficiais”, como publicações governamentais, atas de reuniões dos grupos estudados etc. Tendo em vista a acessibilidade da tecnologia e a possibilidade de se obter informações de variadas maneiras, é necessário que consideremos fontes “alternativas” como relevantes para a pesquisa – sites, blogs, vídeos no Youtube e outros canais de streaming, mídias sociais (Facebook e Instagram, por exemplo), dentre outras possibilidades. Na segunda etapa, proponho realizar observação participante, que encoraja pesquisadores a mergulharem nas atividades cotidianas das pessoas (May, 2004). Acompanhada dessa observação será redigido um diário de campo, com anotações diversas sobre a minha percepção do campo em estudo.

A partir do levantamento documental-bibliográfico e da observação participante devidamente registrada em diário de campo, pretendo, em uma terceira etapa, realizar entrevistas semiestruturadas com pessoas que, no decorrer da pesquisa, forem identificadas como peças-chave do meu problema. Pretendo utilizar a entrevista semiestruturada porque ela parte de um roteiro pré-elaborado, mas permite que a/o entrevistada/o fale livremente sobre o assunto em questão. As perguntas e a escolha das/os entrevistadas/os serão derivadas a partir de tal observação em campo anteriormente citada, como forma de orientar o trabalho no entendimento dos objetivos específicos colocados. A escolha da entrevista serve, também, como forma de definir ou problematizar os próximos passos da pesquisa, provocando este pesquisador a escolher entre se guiar pelos caminhos anteriormente delimitados ou trilhar uma nova rota que possa surgir na conversa com uma entrevistada ou um entrevistado.

Pretendo entrevistar pelo menos duas pessoas que estiveram envolvidas em cada um dos três influxos aqui colocados. O roteiro das entrevistas, que pretendo realizá-las de maneira semiestruturada, compreenderá perguntas que visam entender a lógica, a dinâmica e as resistências pertinentes a cada uma das épocas elencadas. As perguntas abordarão as condições de participação dos grupos, como que as pessoas que se encontram neles chegam para atuar (se é por convite, por demanda espontânea, por busca ativa etc.), como ficaram sabendo do debate sobre o CRJ, como é a organização interna de tais coletivos, como lidam os grupos com os conflitos internos, dentre outras questões.

## REFERÊNCIAS

- Abramo, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6), 25-36.
- Benedicto, Jorge. (2016). La ciudadanía juvenil: un enfoque basado en las experiencias vitales de los jóvenes. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14 (2), pp. 925-938.
- Cassab, Clarice. (2010). Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. *Perspectiva*, 34(128), pp. 39-51.
- Cassab, Clarice. (2011) *Carta aberta: por uma cidade amiga da juventude, com cidadania e dignidade!* (Online) Disponível em <http://forumdasjuventudes.org.br/carta-aberta-por-uma-cidade-amiga-da-juventude-com-cidadania-e-dignidade/> (Recuperado em 11 de agosto de 2016).
- Cassab, Clarice. (2015) *Juventudes querem gestão compartilhada do Centro de Referência da Juventude*. (Online) Disponível em <http://forumdasjuventudes.org.br/juventudes-querem-gestao-compartilhada-do-centro-de-referencia/> (Recuperado em 11 de agosto de 2016).
- Ladeira, Leonardo C. (2008). Desafios e potencial da participação democrática: uma análise do caso da Conferência Municipal da Juventude de Belo Horizonte. *Trabalho apresentado na ANPAD- Associação nacional de Pesquisa em Administração, [ca. 2006]*.
- Le Goff, Jacques. (1996). Documento/Monumento. In J. Le Goff, *História e Memória* (pp. 535-553). Editora Unicamp: Campinas/SP,.

- Machado, Ana Flávia M. (2007). *Belo Horizonte “Democrática-Popular”*: uma análise descritiva das instituições de participação popular em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 277 págs.
- May, Tim. (2004). Observação participante: perspectivas e prática. In: \_\_\_\_\_. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. 3ª edição. Artmed Editora: Porto Alegre, pp. 173-203.
- Mayorga, Claudia; Castro, Lucia R. de; Prado, Marco Aurélio M. (2012). Juventude e os paradoxos da política. In: Mayorga, C.; Castro, L. R.; Prado, M. A. M. (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Belo Horizonte: Contracapa.
- Mayorga, Claudia. (2013). Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. *Estudos de Psicologia*, 18(2), pp. 343-350.
- Mayorga, Claudia (2014). Jovens nas ruas: as manifestações no México, Chile e Brasil. (Entrevista) *DesIdades: revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude*, 01(1), Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em [http://desidades.ufrj.br/open\\_space/jovens-nas-ruas-as-manifestacoes-no-chile-mexico-e-brasil/](http://desidades.ufrj.br/open_space/jovens-nas-ruas-as-manifestacoes-no-chile-mexico-e-brasil/) (recuperado em 25 de agosto de 2016).
- Melo, Thalita M. (2014). *Praia da Estação: carnavalização e performatividade*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 168 págs.
- Neves, Vanessa Ferraz Almeida. (2006). Pesquisa-ação e Etnografia: Caminhos Cruzados. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, vol. 1, nº 1, São João Del Rey/MG. Disponível pelo link [http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapi/Pesquisa-Acao\\_e\\_Etnografia...\\_-\\_VFA\\_Neves.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapi/Pesquisa-Acao_e_Etnografia..._-_VFA_Neves.pdf) (recuperado em 02 de julho de 2016)
- Observatório Jovem. (2006). Democracia participativa em ação. (Online) Disponível em <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/democracia-participativa-em-constru%C3%A7%C3%A3o> (Recuperado em 22 de setembro de 2016).
- Oliveira, Igor; Hermont, Catherine. (2014). Juventudes e participação política. In: Corrêa, Lícínia M.; Alves, Maria Zenaide; Maia, Carla L. (orgs.). *Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio*. Caderno 11. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- O Tempo. (2016). Grupo ocupa prédio ocioso inaugurado há um ano e meio. (Online) Disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-ocupa-pr%C3%A9dio-ocioso-inaugurado-h%C3%A1-um-ano-e-meio-1.1305585> (recuperado em 26 de outubro de 2016).
- Pais, José Machado. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa/Portugal, vol. XXV (105-106), pp. 139-165.
- Pleniscar, Lorena N. (2016). Juventudes y políticas públicas em América Latina: conversación con Ernesto Rodríguez. (Entrevista) *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(2), pp. 1651-1657.
- Rede Jovem de Cidadania (2006a). *Série Especial Políticas Públicas de Juventude: Vem aí a Conferência Municipal de Juventude de BH*. (Online) Disponível em [http://www.redejovemdecidadania.aic.org.br/boletim/boletim\\_ano\\_03\\_22.htm](http://www.redejovemdecidadania.aic.org.br/boletim/boletim_ano_03_22.htm)(Recuperado em 22 de setembro de 2016).
- Sposito, Marília P.; Carrano, Paulo C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, pp. 16-39.
- Trevisan, A. P., & van Bellen, H. M. (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 529-550.

**RESUMO EXPANDIDO 4**

Título: Aspectos psicológicos relacionados ao esporte, presentes nas teses e dissertações defendidas nas instituições de Minas Gerais (1980-2010)

Aluna: Emmi Myotin

Linha de pesquisa: Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Dias Cirino

Este projeto de dissertação se situa dentro da Psicologia do Esporte (PE<sup>2</sup>), considerada como uma subárea das ciências do esporte e uma especialidade da Psicologia. Seu objetivo é analisar os aspectos psicológicos relacionados ao esporte e as correntes teóricas adotadas, presentes nas teses e dissertações defendidas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, recomendados pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, situados em Minas Gerais, entre 1980 e 2010. Propõe-se identificar, descrever e analisar os aspectos psicológicos/temáticas relacionados ao esporte e as correntes teóricas da Psicologia utilizadas nas pesquisas analisadas e mapear, a partir destes dados, as tendências da produção científica, no que se refere aos aspectos psicológicos/temáticas e correntes teóricas adotadas nos estudos.

Esta pesquisa será do tipo descritivo cuja finalidade é descrever em detalhes as características de determinada população, situação, fenômeno, ou averiguar relações entre variáveis (Gil, 1999; Selltiz *et al.*, 1965). Se enquadra num tipo de pesquisa metacientífica, conforme Granja (1995) e Witter (2005), que permite analisar e avaliar a produção científica de determinada área, desencadeando reflexões que podem nortear a ampliação ou redução de temas e áreas para estudos posteriores, redirecionar recursos humanos e financeiros para os estudos de temas ainda não consolidados, etc. (Pacheco, 2005). Será realizada uma pesquisa bibliográfica, bem como uma pesquisa documental, conforme Oliveira (2007). Os documentos serão as teses e dissertações, que propõem uma pesquisa original sobre determinado tema e são apresentados pelo aluno para uma banca examinadora, em sessão pública, numa faculdade ou universidade, constituindo-se em um importante documento, fruto de anos investidos em pesquisa (Cunha, 2001). Serão selecionadas as teses e dissertações defendidas nos cursos da área da Psicologia e da Educação Física, situadas em Minas Gerais. Os cursos de Educação Física também serão selecionados porque uma quantidade razoável de estudos sobre PE tem sido produzida por esse campo, além de pertencer, assim como a PE, ao campo das ciências do esporte (Rubio, 2003; Weinberg & Gould, 2001). A escolha de Minas Gerais vem do compromisso da pesquisadora em contribuir para o

---

<sup>2</sup> A partir deste momento, utilizaremos, quando conveniente, a sigla PE para nos referirmos à Psicologia do Esporte.

desenvolvimento das condições da comunidade que a cerca e ampliar as possibilidades para o debate sobre o fazer do psicólogo do esporte em Minas Gerais. O período escolhido para o pontapé inicial foi 1980, porque foi nesta época que os conhecimentos psicológicos começaram a ser reivindicadas nas reformas curriculares dos cursos de Educação Física (Brandão, 2000). Decidiu-se estender este período até 2010 com o intuito de verificar até que ponto as decisões do CFP alterou o percurso da produção científica da área. Lembrando que, em 2001, o CFP (CFP, 2001) aprovou e instituiu o título profissional de especialista em Psicologia do Esporte e seu respectivo registro nos Conselhos Regionais. Considerou-se que esse fato tenha influenciado na configuração da produção científica, pois, a partir das decisões do CFP, os profissionais de Educação Física deixaram de atuar diretamente com intervenções na área, restringindo-se ao ensino e à pesquisa. Assim, espera-se que este recorte temporal possa fornecer um panorama das tendências da produção científica da PE, principalmente na última década, impulsionada pela regulamentação da especialidade pelo CFP.

As teses e dissertações serão selecionadas na base de dados da CAPES, Biblioteca Virtual em Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil), CEV – Centro Esportivo Virtual, NUTESSES/UFU – Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física, Esportes e Educação Especial, da Universidade Federal de Uberlândia, sites dos cursos de pós-graduação das instituições pesquisadas, bibliotecas e secretaria dos cursos pesquisados. A análise das pesquisas será realizada em três etapas. A primeira etapa terá como objetivo verificar quais as teses ou dissertações poderão compor o *corpus* da pesquisa, a partir da leitura dos resumos indexados, das palavras-chave ou título: aquelas que contiverem explicitados aspectos psicológicos relacionados ao esporte serão selecionados. Na segunda etapa, cada resumo será submetido a uma leitura rigorosa, via análise de conteúdo (Bardin, 1977), para a coleta dos dados em uma planilha, que conterà as seguintes categorias de análise: título do estudo; aspecto psicológico/temática relacionado ao esporte; abordagem teórica adotada; nível do programa; ano de defesa; instituição em que foi defendida; autor e orientador da pesquisa. Na terceira etapa, esses dados receberão tratamento estatístico tipo descritivo, buscando-se a frequência das categorias estudadas apresentadas em tabelas e/ou gráficos. Os dados coletados serão analisados visando mapear as tendências da produção científica, em Minas Gerais como um todo, por instituição, por nível do programa e por orientador, no que se refere aos aspectos psicológicos/temáticas estudados e as respectivas correntes teóricas da Psicologia adotadas nos estudos. Os resultados obtidos serão interpretados à luz dos referenciais teóricos que serão apresentados a seguir.

A PE foi reconhecida como uma especialidade pela APA<sup>3</sup> - *American Psychological Association* – em 1986 (APA, 2016) e estabeleceu que psicólogos do esporte poderiam atuar auxiliando atletas a usarem princípios psicológicos visando um nível ótimo de saúde mental, buscando a performance, o desenvolvimento psicológico, o bem-estar e a saúde de atletas e não atletas. No Brasil, a PE ganhou o reconhecimento como especialidade profissional do CFP<sup>4</sup> - Conselho Federal de Psicologia, pela Resolução CFP nº 02/01, que instituiu o título profissional de especialista em Psicologia do Esporte, a partir de 22 de março de 2001 (CFP, 2001). Esse reconhecimento se deu à luz das conquistas de esportistas brasileiros no cenário internacional, a partir dos anos 1980, quando a Psicologia do Esporte começou a ganhar destaque em função da atuação de alguns psicólogos em seleções nacionais de algumas modalidades esportivas, principalmente o futebol e voleibol. Esta valorização da PE ocorreu inicialmente na área da Educação Física, demonstrado por vários cursos de graduação que começaram a oferecer a disciplina Psicologia do Esporte como disciplina obrigatória em sua grade curricular, bem como cursos de especialização na área. No entanto, isto não foi observado na maioria dos cursos de Psicologia que não se apropriaram desta área de conhecimento/atuação. Como consequência, os estudantes de psicologia que se interessavam pelo assunto buscavam cursar essa disciplina como eletiva nos cursos de Educação Física.

Colocado este panorama, consideramos pertinente levantarmos um debate acerca da não introdução da PE nos cursos de Psicologia, pois, dada a visibilidade do esporte na contemporaneidade, a demanda pela formação na área por muitos acadêmicos e profissionais de psicologia começou a aumentar. Nesta direção, temos alguns trabalhos que iniciaram esse debate abordando temas como a história da Psicologia do Esporte (Carvalho, 2012), a relação entre Psicologia e Educação Física (Carvalho, 2016), a análise do cenário da área no Brasil (Brandão, 1995; Rodrigues, 2006) e áreas de formação do profissional mais atuantes na PE (Rodrigues, 2006). Os questionamentos atualmente são dirigidos principalmente ao contexto esportivo em que saberes e conhecimentos psicológicos devem ser utilizados (Rodrigues, 2006) e abordagens teóricas mais apropriadas para os estudos (Castellani, 2014; Rubio, 2003; Valle & Guareschi, 2003). Há um corpo relativamente extenso de pesquisas acadêmicas sobre PE realizadas e publicadas em livros, revistas científicas, dissertações e teses. Entretanto, diversos contextos e situações esportivas emergenciais, assim como correntes teórico-metodológicas podem ter ficado descobertos de estudos e análises aprofundadas.

---

<sup>3</sup> Esta sigla APA será utilizada, quando conveniente, a partir deste momento, para nos referirmos à *American Psychological Association*.

<sup>4</sup> A partir deste momento, utilizaremos, quando conveniente, a sigla CFP para nos referirmos ao Conselho Federal de Psicologia.

Uma análise das tendências teóricas da PE pode ser melhor empreendida levando-se em consideração o desenvolvimento do campo da Psicologia e da Educação Física e, particularmente, a PE estadunidense, por sua forte influência na PE brasileira. Nos Estados Unidos, segundo Gill (1986), a PE despontou na área do comportamento motor no início do século XX, mas foi somente após os anos 1960 que começou a se desenvolver independentemente. No que tange à certificação, como a PE emergiu como uma disciplina na área da Educação Física, a grande maioria dos profissionais era desta área. À medida que a atuação do profissional da PE foi ganhando visibilidade, houve um interesse crescente dos psicólogos e profissionais do aconselhamento, iniciando um debate sobre quem seria qualificado para ser chamado de psicólogo do esporte e proporcionar serviços aos atletas. Este debate foi parcialmente resolvido criando-se três categorias de psicólogos do esporte: 1) clínica/aconselhamento – pessoa com formação em Psicologia Clínica, registrada como psicólogo; 2) educacional – pessoa com formação em Educação Física; e 3) pesquisa – cientista que pesquisa e produz conhecimento em PE (Cox, 1994). No Brasil, também se pode dizer que a PE teve suas raízes na área da Educação Física antes mesmo da criação dos primeiros cursos (Carvalho, 2016), nos anos 1930, sob forte influência militar. Até a década de 1960, a formação profissional era direcionada para ser um educador e a Psicologia utilizada estava relacionada às questões pedagógicas do ensino dos esportes e da ginástica. No final da década de 1960, como resultado da transformação do esporte como fenômeno de massa, da internacionalização do mercado e o início do governo militar, instituiu-se um modelo de universidade privilegiando a ciência e a pós-graduação (Capraro, 2009; Souza Neto *et al*, 2004). Nos currículos, os conhecimentos sobre esportes e formação do professor foram ampliados incluindo-se as disciplinas Psicologia da Educação, Didática e Prática de Ensino como integrantes do currículo mínimo dos cursos de EF. Nas duas décadas seguintes, a demanda do mercado exigindo o trabalho do educador físico para além dos muros da escola gerou um debate sobre a formação do educador físico que culminou, em 1987, com a criação do bacharelado em Educação Física estabelecida pela Resolução CFE nº 03/87 (Brasil, 1987). Foi proposto um novo currículo cuja estrutura distribuía os saberes numa Formação Geral – humanística e técnica, por um lado, e Aprofundamento de Conhecimentos, por outro. Para o presente estudo, esta Resolução pode ser considerada uma das mais relevantes para a PE ter tomado a configuração atual, pois foi introduzida como disciplina obrigatória nos currículos dos cursos de Educação Física, como saber integrante da Formação Geral humanística, para conhecimento do ser humano.

O presente projeto se inscreve também na área da Psicologia Social e reivindica uma transformação do esporte via uma Psicologia Social do Esporte. O fenômeno esportivo tem caminhado ao longo da história para os excessos na busca do rendimento em direção à vitória, característica

primordial do esporte contemporâneo, o que tem gerado um custo financeiro e humano. Neste ambiente esportivo, o praticante pouco pode fazer para transformá-lo, pois os paradigmas adotados o levam ao conformismo e aceitação do *status quo*. Adotando-se uma concepção de sujeito oriunda da Psicologia Social, a Psicologia do Esporte contemporânea poderia afastar-se do paradigma positivista que tem dominado as ciências do esporte, que abraça um conceito de ser humano mecânico e quantitativo, assujeitado biotecnologicamente, herdado da Educação Física, historicamente ligado ao movimento higienista, militarista e competitivista (Rubio, 2007; Brustad & Ritter-Taylor, 1997). Nesse sentido, a contribuição da Psicologia Social pode ser muito relevante, considerando sua concepção de homem como agente transformador (Lane, 2006). Além do referencial teórico da Psicologia Social, buscaremos estabelecer um diálogo fluído e transdisciplinar entre História, Psicologia e Ciências do Esporte. Este projeto tem como pressuposto a abordagem da Historiografia da Psicologia que abarca como um de seus domínios a História da Psicologia Científica que se utiliza de formas de investigação adotadas pela Historiografia das Ciências, tais como pesquisa de fontes e análise interpretativa, com base na epistemologia para definição dos critérios de demarcação de uma teoria científica (Massimi, 2010). As idéias de Latour (2001) sobre o debate internalismo-externalismo servirão também como referencial teórico, que pressupõe uma historiografia das ciências cuja concepção de ciência considera de forma interacional os questionamentos dos cientistas, os sujeitos envolvidos na busca de respostas aos questionamentos, financiadores das pesquisas científicas, a representação das pessoas sobre o conhecimento científico em produção, bem como as construções teóricas.

Espera-se que os resultados deste estudo possam oferecer subsídios para a otimização da produção de conhecimento científico da área e/ou redirecionamento do crescimento de uma produção que se mostra em desacordo com as políticas científicas propostas pelos programas de pós-graduação nas instituições pesquisadas.

**Palavras-Chave:** Aspectos psicológicos do esporte; Psicologia e esporte; Psicologia do Esporte; Psicologia e Educação Física; Psicologia Social do Esporte.

## REFERÊNCIAS

- APA – American Psychological Association. Division 47. Society for Sport, Exercise & Performance Psychology. Disponível em: <http://www.apadivisions.org/division-47/about/>. Acesso em: 24 out. 2016.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

- Brandão, M. R. F. (2000). A formação e profissionalização do Psicólogo do Esporte. In Rubio, K.(org.). *Encontros e desencontros: descobrindo a Psicologia do Esporte*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 50-67.
- Brandão, M. R. F. (1995). Psicologia do Esporte. In: Ferreira Neto, A.; Goellner, S. V.; Bracht, V. (Orgs). *As ciências do esporte no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, pp. 131-147.
- BRASIL (1987). Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 03, de 16 de junho de 1987*. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília: MEC, 1987.
- Brustad, R. J. & Ritter-Taylor, M. (1997) Applying social psychological perspectives to the Sport Psychology consulting process. *The Sport Psychologist*. 11, 107-119.
- Capraro, A.M. (2009). A breve história social do esporte: dialogando com Norbert Elias e Eric Hobsbawm. In: Gaertner, G. (org.). *Psicologia e ciências do esporte*. Curitiba: Juruá, p. 15-25.
- Carvalho, C.A. (2016). Psicologia do Esporte: construindo sua história a partir da Educação Física. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, v. 6, nº 01, p.71-87.
- Carvalho, C.A. (2012). *Para além do tempo regulamentar: uma narrativa sobre a história da Psicologia do Esporte no Brasil*. Tese de doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Castellani, R.M. (2014). Futebol e psicologia do esporte: contribuições da psicologia social. *Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas*, v. 12, n. 2, p. 94-113.
- Conselho Federal de Psicologia (2001). *Resolução CFP nº 02/01*. Institui o título profissional de especialista em Psicologia do Esporte e seu respectivo registro nos Conselhos Regionais. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/page/26/>. Acesso em: 20 out. 2016.
- Cox, R.H. (1994). *Sport Psychology: concepts and applications*. Madison, Wisconsin: WCB Brown Benchmark.
- Cunha, M.B.C. (2001). *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gill, D.L. (1986). *Psychological dynamics of sport*. Champaign, Illinois: Human Kinetics Publishers, Inc.
- Granja, E.C. (1995). *Produção científica: dissertações e teses do IPUSP (1980-1989)*. Tese de doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Lane, S.T.M. (2006). *O que é psicologia social?* São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos: 39.

- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC.
- Massimi, M. (2010). Métodos de Investigação em História da Psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 4 (02), 100-108.
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Pacheco, E. M. C. (2005). Produção científica e avaliação psicológica. In G. P. Witter (Org.), *Metaciência e psicologia* (pp. 07-33). Campinas, SP: Editora Alinea.
- Rodrigues, M. C. P. (2006). *Psicologia do esporte: discussões sobre o cenário brasileiro*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Rubio, K. (2007). Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, 1(1), 01-13. Recuperado em 01 de novembro de 2016, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-91452007000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452007000100007&lng=pt&tlng=pt).
- Rubio, K. (2003). *Psicologia do esporte aplicada*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Rubio, K. (2000). *Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisas e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo. RUBIO, K. (org.) *Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- Selltiz, C., Wrightsman, L. S., & Cook, S. W. *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: Herder, 1965.
- Souza Neto, S.; Alegre, A. N.; Hunger, D., & Pereira, J.M. (2004). A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. *Rev.Bras.Cienc.Esporte*, Campinas, SP, v.25, n.2, p.113-128.
- Weinberg, R. S., & Gould, D (2001). *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Witter, G. P. (2005). *Metaciência e psicologia*. Campinas, SP: Editora Alinea.
- Valle, M.P., & Guareschi, N.M. de F. (2003). O esporte de alto rendimento: produção de identidades e subjetividades no contemporâneo. In: Rubio, K. *Psicologia do Esporte: teoria e prática*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 241-264.

## RESUMO EXPANDIDO 5

Título: Gêneros encarcerados: uma análise da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais

Aluna: Gabriela Almeida Moreira Lamounier

Linha de pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado

### Apresentação

Políticas de violação de direitos compõem o cenário brasileiro em vários âmbitos, institucionalizados ou não, e fazem parte da realidade a partir da qual travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais e gays (LGBT) constroem seus corpos e subjetividades. Nosso país, a despeito de ser o líder no ranking internacional de assassinatos de travestis e transexuais, de acordo com a ONG Transgender Europe (TGEU), é signatário de diversos tratados internacionais que objetivam garantir os direitos da população LGBT, como os Princípios de Yogyakarta (2006) sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Nesse sentido, algumas iniciativas estatais criadas especificamente para avançar nos direitos dessa população têm surgido nos últimos anos (Mello, 2012), dentre elas, as políticas de acolhimento de pessoas LGBT em privação de liberdade.

O Sistema Prisional de Minas Gerais foi escolhido para ser o campo de investigação dessa pesquisa desde a aproximação que tive com a realidade das prisões do estado a partir de estágios realizados durante a graduação em Psicologia, pela UFMG. O recorte para a análise considerou a política de Estado que existe em Minas Gerais desde 2009, nomeada “Programa de Reabilitação, Reintegração Social e Profissionalização”<sup>5</sup>. Tal programa, conhecido como “Ala LGBT<sup>6</sup>”, subsiste em duas unidades prisionais em MG, localizadas nos municípios de Vespasiano e São Joaquim de Bicas, ambos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O documento que regula essa política declara que o Programa tem por objetivos “a promoção da saúde, do trabalho, ensino e capacitação bem como assegurar a manutenção da integridade física dos detentos homossexuais masculinos e

---

5 Resolução Conjunta SEDS/SEDESE nº1, de 2013 - tal Resolução, que organiza as Alas LGBT, foi publicada somente em 2013, quatro anos após o começo da política, principiada pela Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual (CODS).

6 Como mencionado anteriormente, entende-se por LGBT o grupo de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Entretanto, para os fins desse projeto de pesquisa, considerando sua utilização êmica, utilizaremos tal sigla de modo *metonímico*, nos referindo à população-alvo da política de acolhimento, mesmo não havendo lésbicas como alvo e também considerando que outras experiências de gênero e orientação sexual podem transitar e fazer uso da política.

travestis privados de liberdade”.

Para pensar sobre as iniciativas estatais oferecidas para pessoas LGBT no cárcere, será preciso analisar e compreender como o *gênero* funciona enquanto eixo estruturante das políticas e subjetividades. Para isso, partiremos das teorizações feministas, dos estudos de gênero e *queer* que buscam investigar e desconstruir as categorias identitárias rígidas, afirmando uma indeterminação e instabilidade em todas as identidades sexuadas e lidas a partir de marcações de gênero (Butler, 2001; 2010; 2011).

### **Localizando o problema**

Diversos trabalhos têm sido desenvolvidos nos últimos anos sobre a temática da diversidade sexual e de gênero no âmbito prisional com vistas a analisar como os direitos dessa população tem sido tratados (Boltrin, 2015; Ferreira, 2014; Oliveira & Vieira, 2011; Passos, 2014; Zamboni, 2015a, 2015b; entre outros). Refletindo sobre esse cenário, delimitamos as seguintes questões a fim de circunscrever o problema central da investigação a respeito da política LGBT no sistema prisional mineiro: como compreender a influência que as vivências dissidentes de gênero e sexualidade têm sobre a criminalização dessa população, especialmente das travestis? Por que homossexuais e travestis ocupam lugares especiais de vulnerabilidade dentro (e fora) do sistema prisional? Qual contexto histórico-político permitiu que essa política estadual surgisse e fosse implementada? Esse espaço realmente protege as pessoas das violências de gênero? E as outras violações inerentes ao ambiente prisional, como têm sido tratadas? Como a categoria “gênero” atravessa essa política e esses questionamentos?

### **Objetivos**

O objetivo geral desse projeto de pesquisa é analisar a política específica de encarceramento de pessoas LGBT em Minas Gerais, considerando exclusivamente as Alas destinadas a travestis e homossexuais masculinos na unidade penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, no município de São Joaquim de Bicas, e no presídio da cidade de Vespasiano. Como objetivos específicos podemos elencar:

- Compreender os efeitos dessa política para os processos de subjetivação e construção identitária das pessoas que estão acauteladas nas Alas LGBT;

- Resgatar e produzir, de modo genealógico e não linear, a história da política voltada às pessoas LGBT em privação de liberdade no estado de Minas Gerais, refletindo acerca do contexto histórico-político que possibilitou a elaboração de tal mecanismo estatal;
- Avaliar se as pessoas LGBT alojadas nas Alas estão usufruindo da segurança oferecida pela política e se os direitos básicos garantidos pela Lei de Execução Penal (Brasil, 1984) estão sendo assegurados, com vistas a verificar a igualdade, enquanto operador lógico da política.

### **Orientações teóricas: interface entre gêneros e sexualidades**

Nas décadas de 1990 e 2000 “a agenda teórica dos estudos de gênero desloca-se da análise das desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais (homens, mulheres, gays, heterossexuais) para o questionamento das próprias categorias, problematizando sua fixidez, sua separação, seus limites” (Perucchi, 2009, p. 3). Esse campo de estudos que busca complexificar os debates de gênero ficou conhecido como *queer* e, enquanto postura epistemológica, se propõe a problematizar noções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação.

A perspectiva de Judith Butler sobre o gênero enquanto ficção cultural e efeito performativo de atos discursivos reiterados é uma tese cara a este campo de estudos. De acordo com a autora, as normas de gênero regulam o que pode ou não ser considerado como humano (Butler, 2011) e, nesse sentido, interferem sobre a legitimidade dos modos de subjetivação e existência no mundo, que dependem do reconhecimento e aceitação social.

Justamente por transitar entre categorias historicamente constituídas e supostamente essencializadas, as travestis e transexuais desnudam o caráter fluido, inacabado e performático do gênero e desestruturam os modelos reconhecidos como “legítimos” de masculinidades e feminilidades. Desse modo, seus corpos ocupam territórios marginais da inteligibilidade e habitam o que Butler (2010) nomeou como zonas de abjeção, que seriam áreas inóspitas e inabitáveis da vida. Essa condição retira das travestis o status de humanidade e, talvez por isso, muitos dos princípios constitucionais de “respeito à dignidade da pessoa humana” (Brasil, 1988) são negados a elas.

### **Experiências *generificadas* no cárcere**

Para aproximar do universo das pessoas LGBT privadas de liberdade, apresentaremos duas experiências etnográficas realizadas na Penitenciária Central de Porto Alegre (PCPA), Rio Grande do Sul, que também possui a política de segregação de travestis e homossexuais em um pavilhão específico (Ferreira, 2014; Passos, 2014).

Pensando sobre a organização dos pavilhões e celas nas unidades prisionais, e seguindo as leituras foucaultianas que tratam da fabricação de corpos submissos no cárcere (Foucault, 1999), Passos (2014) identifica que a principal estratégia adotada pelo sistema para controlar e fiscalizar o território e as pessoas encarceradas está relacionada com a logística de distribuição e divisão das pessoas pelo espaço. Na prisão, existe uma série de qualificativos que podem conferir risco à vida dos apenados: pertencimento a alguma facção, ser ex-policia, ter cometido crime sexual, identificar-se (ou ser identificado) como homossexual etc. Como é função do Estado garantir a segurança das pessoas que estão sob sua tutela, não existe aleatoriedade na alocação dos internos nas galerias. Toda organização é feita de modo a garantir, minimamente, a sobrevivência dessas pessoas. A interpretação desse fato não pode ser romantizada, como se tratasse de uma “benevolência estatal”. Ao contrário,

“cada ato institucional responde e produz efeitos políticos e discursivos. [...] Falhar na manutenção da vida do apenado onera consequências à instituição e ao Estado, por consequência. Não acredito que haja uma intenção simplesmente benfeitora no que compete à instituição e seus funcionários. O que parece ocorrer não é, exatamente, um cuidado, mas, sim, o exercício de uma função” (Passos, 2014, pp. 63-64).

Dessa forma, entendemos que não existe uma real tentativa de *anulação do risco*, mas, sim, uma *gestão* deste.

Ferreira (2014) também teve como campo de análise a galeria para travestis, gays e seus maridos da unidade de Porto Alegre. O pesquisador acredita que a criação da Ala específica para esse público é um fenômeno que deve ser comemorado como um avanço na luta por direitos humanos. Entretanto, ele faz críticas importantes:

“[a criação da Ala] não é o bastante para que as travestis acessem um padrão melhor de cidadania, uma vez que o discurso da proteção e da segurança que a galeria traz não é de modo algum plenamente garantido pelo Estado, já que elas abrem mão de acessar outros direitos em detrimento de um reduto menos violento: passam a maior parte do dia enclausuradas, são impedidas de exercer atividades laborais e de formação profissionalizante e educacional dentro do PCPA (tendo em vista que a convivência com os outros presos gera temor e violência)” (p. 117).

Não se pode perder de vista que, no Brasil, a prisão de travestis é justificada por fatores morais e recortes importantes de classe social e raça a qual essas pessoas são localizadas. Oliveira e Vieira (2011), ao discorrerem sobre as vulnerabilidades dos presos LGBT, indicam que “antes de se concluir se é inocente ou não, [o preso LGBT] já é tratado como um condenado quando se descobre sua orientação sexual” (p.

19). Nos ritos processuais se julga muito além do crime e a suposta autoria, julga-se antes de tudo modelos de comportamento considerados adequados ao funcionamento regular e ordeiro da sociedade.

Em Minas Gerais, a Resolução que normatiza a existência das Alas LGBT requer que as(os) detentas(os) preencham um “Termo de Solicitação de Participação” e um “Termo de autodeclaração de homossexualidade”, documentos burocráticos e constrangedores que resumem as experiências sexuais e de gênero de todas as pessoas-alvo da política ao termo “homossexual”<sup>7</sup>. Zamboni (2015b), a partir de sua experiência etnográfica com travestis encarceradas em São Paulo, diz da impossibilidade de se trabalhar com categorias de identidades fixas. De acordo com ele, nesse contexto,

“a divisão entre orientação sexual e identidade de gênero soa completamente artificial e as categorias cristalizadas na sigla LGBT fazem pouco sentido. Elas se referiam umas às outras, a si mesmas e a mim como *bichas, monas, viados, homossexuais, mulheres e travestis*, mas não se fixavam em nenhuma dessas categorias: transitavam entre elas de acordo com a situação, produzindo efeitos relacionais diversos a cada escolha semântica”(p. 3, grifos do autor).

A criação institucionalizada de espaços exclusivos, como as Alas, parece ser uma saída possível que tem a vantagem estratégica de estar em consonância com o discurso dos direitos humanos e dos movimentos LGBT. No entanto, a realização desse projeto “pressupõe a existência de identidades coletivas estáveis que capturam fluxos de desejos” (Zamboni, 2015a, p. 22). Assim, novamente temos que nos ocupar do paradoxo das políticas específicas no âmbito dos direitos humanos que podem acabar por reforçar as relações de poder que procuram combater.

### **Considerações metodológicas**

A pesquisa no ambiente prisional exige cuidados específicos e encargos indispensáveis por se tratar de uma instituição total. Ana Gabriela Braga (2014) recomenda que em tais pesquisas deve-se considerar como condição e imperativo ético a escuta às pessoas presas, dando-lhes a oportunidade de falar e ser ouvidas. De acordo com ela, a grande contribuição que novos estudos podem trazer, quando elaborados a partir de uma pesquisa de campo que considere as “minúcias e sutilezas da realidade observada” seria a “produção de um saber não universal e abstrato, mas concreto, situado em um espaço e tempo presente” (Braga, 2014, p. 52).

Para realizar o diálogo com as pessoas LGBT presas vamos propor rodas de conversa com ferramentas metodológicas próximas àquelas empregadas em grupos focais. Nesses espaços teremos o

---

7 De uso recorrente no universo prisional, a categoria “homossexual” é utilizada como englobante de todas as identidades que o movimento social agrupa na sigla LGBT (Zamboni, 2015b).

envolvimento de um pequeno número de pessoas e as discussões seguirão de modo informal. A minha participação enquanto pesquisadora buscará facilitar a discussão, encorajando as pessoas a interagirem entre si. Com essas conversas, pretendo viabilizar possibilidades de reflexões individuais e coletivas sobre os efeitos psicossociais que as vivências de gênero e sexualidade manifestam na vida em privação de liberdade.

Para além das atividades desenvolvidas nas rodas de conversa, acreditamos ser importante o acompanhamento do cotidiano no espaço prisional, a fim de contextualizar as falas e analisar a dinâmica que se cria nas interações. Assim, serão feitas várias visitas e registros das impressões em cadernos de campo.

Em acordo com subsídios feministas, nessa abordagem não existe um campo constituído *a priori* ou uma ciência neutra que irá “absorver” a coleta de dados, como se estes estivessem prontos. Assim, escolhemos a abordagem cartográfica para traduzir os dados do campo como uma estratégia de problematização das linhas de força envolvidas na constituição de determinados fenômenos. Sobre a observação cartográfica no campo, Leite (2014) acrescenta:

“A atenção cartográfica no cárcere é necessária contra as limitações de circulação no espaço, mas também como resistência à visão estreita, limitada e focalizada que o aprisionamento tenta impor. Ela permite estar disponível afeto-cognitivamente aos estranhamentos, surpresas, variações e pequenas ondas no território que tenta habitar, para encontrar o que não se procura, questionando o que parece natural” (p. 809).

Por fim, também faremos uma análise das legislações, normativas e demais produções oficiais; além de entrevistas semiestruturadas com pessoas da gestão do Sistema Prisional e da Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual (CODS). Por enquanto, os documentos elencados para serem submetidos a análise são: Resolução Conjunta SEDS/SEDESE nº1, de 2013 (que dispõe sobre a estrutura das Alas LGBT em MG) e Resolução Conjunta CNCD/CNPCP nº1, de 2014 (que dispõe sobre as normativas nacionais de tratamento de pessoas LGBT em privação de liberdade). Será importante explorar relatórios internos da gestão do sistema prisional, assim como atas de reunião das Comissões que atuam diretamente com as políticas de interface entre população LGBT e segurança pública. A localização dos documentos será feita durante o processo de pesquisa, a partir de referências produzidas nas entrevistas com a gestão e a partir da exploração bibliográfica.

## RESUMO EXPANDIDO 6

Título: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): um espaço social para coprodução de autonomia dos usuários em situação de violação de direitos?

Aluna: Júnia Lúcia Pena de Andrade

Linha de pesquisa: Cultura, modernidade e subjetividade

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Barbosa

Co-orientadora: Profa. Dra. Cláudia M. F. Penido

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela conjuntura de redemocratização, caracterizado pela ascensão de movimentos sociais, ampliação de políticas voltadas para os direitos sociais e cidadania, discussão sobre intervenções sociais alicerçadas na promoção de transformações e incentivo a busca de redefinição do sujeito e sua relação com o social.

Tal contexto efervescente possibilitou reflexão e (re)elaboração da relação entre indivíduo e instituições sociais levando-se em conta a perspectiva dialética sujeito-sociedade e políticas públicas como processos constituídos historicamente (Lacerda, 2015). Dessa forma, o contexto social influenciou a estruturação das políticas públicas e as mudanças paradigmáticas nas Ciências Humanas e Sociais na década de 1980 que influenciaram a estruturação daquelas a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88)

A CF/88 apresentou um novo paradigma para a relação entre direitos humanos, políticas públicas, autonomia, sujeito e cidadania. Inaugurou-se nova concepção vinculando-se políticas sociais aos direitos sociais; visando a universalização dos direitos e da cidadania pelo controle social e participação (Pereira, P., 2008a e 2008b). Para Dagnino (1994), a ampliação da cidadania individualista, presente no liberalismo e neoliberalismo, para uma universal, configura uma “nova cidadania”, pois, além do acesso aos direitos, reivindica o reconhecimento social; a afirmação; a autonomia; o direito à diferença; o direito a ter direitos e ampliação de espaços sociais democráticos. E, desde então, tem-se buscado essa ampliação, e a saída de uma cidadania individualista, para uma construção paulatina da cidadania autônoma.

É nesse contexto que surge a política de Assistência Social (AS). A política de AS estrutura-se em uma concepção ampliada de cidadania e de sujeito, ao desconstruir a visão individualizante presente na proteção social antes da CF/88, além de uma concepção de sujeito social participante das transformações sociais. Como política pública social, a AS apresenta-se como ferramenta de promoção aos direitos e resolução de problemas sociais (Fleury, 2008; Pereira, P. 2008; Lacerda, 2015).

Nas leis subsequentes à CF/88 que definem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destacam-se a lei que dispõe sobre a Assistência Social (LOAS, 1993) e define uma política diferente da proposta assistencialista, pois estabelece a AS como direito do cidadão; e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), que materializa diretrizes que guiam a execução dos serviços, programas e projetos e o acompanhamento do público atendido.

A proteção social institucionalizou as políticas públicas da Seguridade Social e as apresentou como espaços sociais que podem vir a possibilitar transformações sociais nos sujeitos através de intervenções e, concomitantemente, serem transformados por eles. É exatamente a potencialidade desses espaços sociais para possibilitar tais transformações que nutre a inquietação que deu origem a esta pesquisa, baseado na minha inserção profissional na política de AS em Belo Horizonte (BH), especificamente no PAEFI. Este é um dos serviços definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). Nele, a autonomia se apresenta como elemento essencial para superação da situação da violação de direito; exercício da cidadania e acesso a direitos, objetivos principais do serviço. No texto da política do PAEFI estrutura-se exatamente a ideia de promoção e desenvolvimento de autonomia e cidadania por parte dos atendidos. Isso de fato ocorre? É o que busca compreender a presente pesquisa.

A partir da minha inserção profissional neste contexto, percebo que a palavra autonomia, reiterada nas legislações da política como um objetivo a ser alcançado pelos usuários e como um dos resultados das intervenções, é retomada frequentemente pelos técnicos do PAEFI como diretriz a ser trabalhada com os sujeitos. Entretanto, percebe-se um distanciamento entre o prescrito na política e o praticado pelos profissionais das equipes técnicas, conforme apontado por Schraiber (2012, p. 2638). Assim, existe uma multiplicidade de significações sobre o conceito de autonomia, tanto por parte dos profissionais, quanto dos usuários.

Partindo do conceito de autonomia de Castoriadis (2000; 2006), questiona-se se o PAEFI é um espaço social que possibilita a coprodução da autonomia dos usuários. Pressupõe-se de que, a autonomia, diz da capacidade de ação e transformação do sujeito na sociedade (Castoriadis, 2000, 2006; Campos & Campos, 2007), sendo corolária do conceito amplo de cidadania, referido anteriormente (Dagnino, 1984).

Para Castoriadis (2006), os projetos de autonomia individual e coletiva são indissociáveis e constituem um projeto sócio-histórico. Para esse projeto revolucionário são necessárias instituições que possibilitem às pessoas participarem e as incentive para isso. Ressalta que as instituições são criadas pelos sujeitos e é necessária igualdade política *efetiva* (itálico do autor), para que todos sejam capazes de participar de todo poder instituído (p.17). Dessa forma, é importante entender o conceito de autonomia veiculado nos documentos da política pública da AS e do PAEFI e como ele é compreendido

pela equipe técnica. Além disso, investigar, no relato de usuários, como os mesmos concebem o conceito e as práticas profissionais que fomentam a coprodução de autonomia.

A AS e seus serviços são considerados, nesse estudo, como espaços sociais institucionalizados, constituídos historicamente como instituições sociais que são formadas, segundo Castoriadis (2000), por significações sociais que conferem sentido. “A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário” (p.159). A mudança no sujeito passa por uma transformação na instituição social, sendo que esta também modifica o sujeito. Compreender os sujeitos desta política é compreender a política levada a efeito no PAEFI e sua potência de favorecer a coprodução de autonomia dos usuários, pois a autonomia só se concebe na relação social. O objeto primordial aqui é investigar as significações sociais do conceito de autonomia entre os profissionais e usuários do PAEFI em BH.

O projeto de pesquisa foi elaborado a partir da compreensão de que a AS, e o PAEFI, são instituições sociais compostas por serviços, programas, projetos e ações e são formados por significações e constituídos ativamente. Para Veronese (2008), instituição é espaço de produção e reprodução social (p.103). Ou seja, um potencial produtor de novos significados no âmbito sócio-histórico, de forma transformadora (Castoriadis, 2000). Assim, se constituem potencialmente como espaço de significações para processos de subjetivação, construção e fortalecimento da autonomia e mudanças sociais, visando a superação das situações de violação de direitos e exercício da cidadania.

Com base em Castoriadis (2000) ao emergir como instituinte, a instituição social pode se estabelecer de forma instituída, o que limita a autonomia do sujeito e pode limitar sua capacidade de reflexividade e de transformação na própria instituição. Assim, analisar a prática é essencial para potencializar a capacidade transformativa das intervenções. Para Veronese (2008, p.103), uma prática pode transformar uma instituição. Então, é importante investigar as práticas do PAEFI em relação à coprodução da autonomia dos usuários.

Espera-se que as reflexões acerca do PAEFI contribuam para reforçar intervenções psicossociais que busquem a autonomia e a participação social dos sujeitos. Trata-se de pensar o saber profissional como saber a ser utilizado em e pelas políticas públicas sociais, visando intervenções produzidas conjuntamente com os sujeitos que permitam transformações no sujeito e no social.

A pesquisa pode ser uma ferramenta para análise dos modos contemporâneos de subjetivação e das relações entre sujeitos e processos institucionalizados nas políticas públicas. E, sua divulgação contribuirá para promoção de acesso a direitos, na reformulação, avaliação e execução de algumas políticas públicas, não apenas o PAEFI.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa é analisar as significações sociais e possíveis coproduções de autonomia entre profissionais e usuários, a partir das intervenções realizadas no âmbito

do PAEFI em BH-MG. Os objetivos específicos são: a) identificar as significações sociais ou concepções de autonomia nas leis que estruturam o SUAS, o PAEFI e documento orientador do serviço em BH; b) compreender as concepções de autonomia dos profissionais do PAEFI e conhecer suas experiências de intervenções às quais atribuem um cunho autonomista e às quais associam dificuldades e limites nessa direção; c) investigar as relações que ex-usuários acompanhados pelo PAEFI, do qual se desligaram por superação de violação de direitos, estabelecem entre tal superação e o processo de acompanhamento pelos profissionais, buscando possíveis processos de coprodução de autonomia entre eles.

A metodologia a ser utilizada é a pesquisa qualitativa. Os participantes do estudo serão: 1) a equipe técnica do PAEFI BH e 2) ex-usuários do serviço. Serão visitados os PAEFI de BH e aquelas equipes que voluntariamente se dispuserem a participar do estudo serão convidadas a participar de grupos focais. Quanto aos ex-usuários, os mesmos serão indicados pela equipe técnica, tendo como critério de escolha aqueles que tenham sido recentemente desligados do serviço devido à superação da situação de violação de direitos. Essa escolha se deve por acreditar que esses ex-usuários poderão expor, através de entrevistas narrativas, os possíveis processos de coprodução de autonomia que contribuíram para o desligamento do serviço por resolutividade ou cessação da violação de direitos (objetivo do PAEFI).

Os grupos focais terão como objetivo compreender as concepções de autonomia dos profissionais do PAEFI e conhecer suas experiências de intervenções às quais atribuem um cunho autonomista e às quais associam dificuldades e limites nessa direção. O grupo focal, como elucida Kind (2004), objetiva uma produção de conhecimento, através da interação entre os participantes, pelo processo grupal. Ribeiro (2014) defende que o grupo focal é uma “[...] forma de entender a dinâmica das atitudes, opiniões, motivações e preocupações dos indivíduos” (p.114). É uma técnica importante a ser utilizada no âmbito das políticas públicas, possibilitando a detecção de problemas.

As entrevistas narrativas terão como foco as relações que ex-usuários acompanhados pelo PAEFI, do qual se desligaram por superação de violação de direitos, estabelecem entre tal superação e o processo de acompanhamento pelos profissionais, buscando compreender suas concepções sobre autonomia e cidadania. A entrevista narrativa permite maior acesso aos conteúdos significativos e subjetivos. “Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (Bauer & Gaskell, 2007, p.91). Através da narrativa os usuários podem refletir sobre a experiência de acompanhamento no PAEFI. Para Bauer & Gaskel (2007) “Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, [...], e jogam como cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social” (p.91). Nas narrativas buscar-se-á identificar o período de acompanhamento no serviço e o tema em questão. A narrativa é uma forma de entrevista

não estruturada e de profundidade (2007, p. 95), que substitui as perguntas-respostas tradicionais nas entrevistas. Esse recurso se distingue da entrevista por focar os processos de transformação e mudanças ocorridas ao longo do tempo imbricando histórias pessoais e vivências sociais.

Após a coleta de dados, tanto o material dos grupos focais quanto as entrevistas (que serão gravadas com anuência dos participantes) serão transcritas e analisadas pelo método de análise de conteúdo, como nos apresenta Deslandes, Gomes e Minayo (2012). Esse instrumento permite uma análise temática, que irá focar no uso da palavra autonomia, tanto no marco legal da AS, a partir da frequência com que essa palavra aparece nas legislações e metodologias da AS, especificamente no PAEFI, quanto nas significações que podem ser identificadas nas narrativas e grupos focais.

A análise de conteúdo terá como foco a(s) concepção(ões) e significações sociais de autonomia que emergirem dos materiais. Através desta pode-se obter respostas à questão de pesquisa, pois, tanto os conteúdos advindos das narrativas, quanto dos grupos focais, poderão fornecer elementos que elucidem a vivência desses atores da política do PAEFI em BH, descortinando como essa política tem (ou não) alcançado o objetivo de produção de autonomia e cidadania.

A interpretação qualitativa permitirá acesso ao contexto sócio-histórico e a consideração da comunicação como processo e não apenas como dado estatístico. Após a análise de todo o material coletado na pesquisa será realizada a triangulação entre os dados encontrados. Na triangulação buscar-se-á relacionar a(s) concepção(ões) de autonomia da política pública, da equipe técnica e a perspectiva dos usuários. A triangulação permitirá analisar se a concepção acerca do conceito se assemelham ou se distinguem e ainda se se aproximam do conceito de autonomia em Castoriadis o qual alicerça a pesquisa. Pode-se empreender também quais intervenções são necessárias e possíveis para ampliar e efetivas as ações realizadas pelo serviço que visam a co-produção e fortalecimento da autonomia e, por conseguinte, de cidadania do sujeito atendido nessa política.

**Palavras-chave:** Política de Assistência Social. Autonomia. PAEFI.

### Referências

- Bauer, M.W & Gaskell, G. (2007). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: *um Manual prático*. (6ª ed.). (Pedrinho Guareschi, trad.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988(1988). Recuperado em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>
- Castoriadis, C. (2000). *A instituição imaginária da sociedade*. 5. ed. (Guy Reynard, Trans.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Castoriadis, C. (2006). *Uma sociedade à deriva: entrevistas e debates, 1974-1997*/ConceliusCastoriadis; (Enrique Escobar, MyroGondicas e Pascal Vernay, Ed org.); (Claudia Berliner, trad.) Aparecida – SP: Ideias & Letras.
- Dagnino, E. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: E. Dagnino. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.103-115. [versão eletrônica pdf]. [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7327/os\\_movimentos\\_sociais\\_e\\_a\\_emergencia\\_de\\_uma\\_nova\\_nocao\\_de\\_ci.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7327/os_movimentos_sociais_e_a_emergencia_de_uma_nova_nocao_de_ci.pdf)
- Deslandes, S. F., Gomes, R., & Minayo, M.S (Org.). (2012). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. (14ª ed.). Petrópolis. Editora Vozes. 2012.
- Fleury, S., & Ouverney, A. M. (2008). Política de Saúde: uma política social. In: Giovanella, L., Escorel, S, Lobato, L. V. C. Noronha, J. C., Carvalho, A. L. (Orgs). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil* (pp. 23-64). Rio de Janeiro: Fiocruz,
- Flick, Uwe (2013). *Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso.
- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10(15), 124-136. [versão em pdf] [file:///C:/Users/J%C3%BAnia/Downloads/Kind%20grupo%20focal%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/J%C3%BAnia/Downloads/Kind%20grupo%20focal%20(1).pdf)
- Lacerda, F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar. In. D. C. Antunes, M. G. A. Calegare & A. F. Lima (Orgs), *Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 110-127). [versão eletrônica pdf]. [http://www.abrapso.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=461](http://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=461)
- Lei nº 8742, de 7 de Dezembro de 1993 (1993). Dispõe sobre a lei Orgânica da Assistência Social/ LOAS. Recuperado em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)
- Pereira, P., P. A. P. (2008). *Política social: temas & questões*. São Paulo: Atlas 214p.
- Pereira, P., P. A. P. (2008a). Estado, regulação social e controle democrático. In. M. I. S. Bravo & P. A. P. Pereira, P. (Orgs), *Política social e democracia*. (4ª ed.). 25-42. São Paulo: Cortez.
- Pereira, P., P. A. P. (2008b). Sobre a política de assistência social no brasil. In M. I. S. Bravo & P. A. P. Pereira, P. (Orgs), *Política social e democracia*. (4ª ed.). 217-254. São Paulo: Cortez.
- Resolução CNAS nº 145, de 15 de Outubro de 2004 (2004/2009). Aprova a Política de Assistência Social/PNAS. [versão eletrônica pdf]. <http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/PNAS-2004.pdf>

Schraiber, L. B. (2012). Necessidade de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais. *Ciências & Saúde Coletiva*, 17(10), 2635-2644. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012001000013>

Veronese, M. V. (2008). Práticas institucionais. In. N. E. E. Rivero (org). *Psicologia social: estratégias, políticas e implicações* (pp. 103-110). [versão eletrônica pdf]. <http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-00.pdf>

**RESUMO EXPANDIDO 7**

Título: A ambiguidade de abordagens comunitárias no âmbito do poder público: Um estudo de caso da atuação do Ministério Público em conflitos fundiários urbanos

Aluna: Larissa Coelho Albertin

Linha de pesquisa: Política, participação social e processos de identificação

Orientador: Prof. Dr. Cornelis Johannes Van Stralen

No âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), o apoio comunitário configura atribuição dos órgãos de execução de defesa e promoção dos direitos humanos, a qual deve ser operacionalizada prioritariamente por meio de prestação de tutela jurídica coletiva - medidas de fomento, prevenção e reparação adotadas na esfera judicial e/ou extrajudicial. Destaca-se a vinculação das ações de apoio comunitário aos direitos sociais, principalmente no que tange a conflitos possessório-fundiários urbanos coletivos; direitos fundamentais de grupos que vivem em áreas ocupadas ainda não regularizadas pelo poder público; e fortalecimento popular de comunidades afetadas por conflitos socioterritoriais.

Nesse contexto, situa-se o *Diálogos Comunitários: Programa de Apoio às Ações Comunitárias e Autogestionárias*, cujo objetivo é envolver pessoas e grupos de pessoas na gestão de seus conflitos coletivos, sobretudo na construção dialógica de soluções alternativas ao aparato judicial. Este programa foi elaborado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH) do MPMG, onde atuo como estagiária de pós-graduação.

O programa, executado por uma equipe multidisciplinar em comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, traz em seu bojo um discurso que guarda muitas semelhanças com o da PCLA. Entretanto, este discurso não parece estar necessariamente vinculado ao domínio teórico-prático de práticas emancipatórias, conforme é visado por essa disciplina. Ao contrário, é possível que por vezes este referencial acabe servindo à fundamentação teórica de intervenções que geram práticas assistencialistas, paliativas ou compensatórias.

Além disso, a apropriação deste discurso situa-se em um contexto sócio-histórico extremamente diferente daquele que pautou o desenvolvimento do referencial teórico-prático que aparentemente está o fundamentando. Isto é, a PCLA incorporou em seu desenvolvimento características históricas, sociais e políticas de países que foram submetidos a ditaduras militares, tendo sido proposta no continente latino-americano como uma atividade política (Prado, 2002). Atualmente, ao invés de contextos não institucionais marcados por movimentos revolucionários de confronto com o Estado, existem novas

formas de participação política, negociação e parceria envolvendo comunidade civil e poder público (Ansara & Dantas, 2010) que devem ser consideradas na aplicação da PCLA em contextos comunitários contemporâneos.

De acordo com Alfaro I. (2016), o vínculo entre políticas sociais e Psicologia Comunitária gera tensões e riscos provocados pelo desencontro entre as orientações conceituais, técnicas, valorativas e éticas da Psicologia Comunitária e as de determinados modelos ou formas de políticas públicas ou sociais. Segundo este autor, a literatura mostra a associação entre estes riscos e tensões a modelos de políticas assistencialistas e paliativas, quer dizer, centradas em déficit, ou compensatórias, derivadas de concepções subsidiárias do papel do Estado.

Conforme apontado por Rodriguez (2009) diversos setores técnicos e políticos, públicos e privados e agências financiadoras internacionais utilizam noções características da Psicologia Comunitária, que são desprovidas de seu significado conceitual, procurando alcançar uma associação instrumental entre o Estado e a sociedade civil organizada na hora de colocar em prática os projetos comunitários. **Muñoz (2011) destaca a abundância de intervenções orientadas, por exemplo, à participação, ao fomento de capital social, ao desenvolvimento comunitário e ao empoderamento que carecem de consistência operativa e epistemológica.**

**Isso gera um** cenário teórico e paradigmático plural de práticas comunitárias, por vezes confuso e conflitivo, em que variam os níveis de coerência interna entre marcos conceituais, objetivos e ações na medida em que as intervenções partem de plataformas institucionais diversas nem sempre congruentes com os princípios e tradições da Psicologia Comunitária (Alfaro I. & Zambrano, 2009). Desse modo, como evidenciam Wiesenfeld e Albarracín (2016), a literatura aponta uma falta de pertinência social e acadêmica na Psicologia Social Comunitária (PSC). Nesse contexto, **Solarz (2001) expõe a relevância** de se buscar a integração entre a informação científica e os profissionais responsáveis pela elaboração e pelo desenvolvimento de políticas.

A pesquisa tem por objetivo **analisar incoerências e implicações que podem surgir a partir da associação entre a Psicologia Comunitária Latino-americana (PCLA) e abordagens utilizadas pelo MPMG em intervenções comunitárias.** Tendo em vista que prevê o trabalho com apenas um grupo e pretende ilustrar um problema por meio da elucidação de uma teoria, essa pesquisa pode ser compreendida enquanto um estudo de caso (American Psychological Association, 2012).

Na condição de integrante desse Centro de Apoio, observarei o campo a partir de uma “perspectiva de membro” (Flick, 2004, p.152) tanto no âmbito institucional como no âmbito comunitário. Dessa forma, ao mesmo tempo em que estarei observando o campo de pesquisa, estarei influenciando-o em virtude de minha participação, o que caracteriza o delineamento de pesquisa do tipo observação-participante (Flick, 2004).

Como campo de observação e construção de dados, a pesquisa contará com três locais: CAO-DH/MPMG, Bairro Ribeiro de Abreu e Conjunto Taquaril. Optamos por considerar as ações de apoio comunitário do CAO-DH/MPMG junto a duas comunidades por acreditar no potencial de dados comparativos para o enriquecimento do estudo. O estudo se voltará especificamente ao Ribeiro de Abreu e ao Conjunto Taquaril, pois são estas as duas primeiras comunidades onde estão sendo desenvolvidas as ações do Programa, de modo que expressam desafios e conquistas de uma área de atuação ainda muito pouco explorada pelo MPMG.

A triangulação metodológica, compreendida como uma abordagem que se refere à combinação de métodos adequados para considerar diferentes perspectivas de um problema (Flick, 2004), servirá a essa pesquisa a fim de atribuir valor de consistência às suas conclusões (Macedo, 2010). Desse modo, para a construção dos dados, serão utilizados os seguintes procedimentos específicos: observação, notas de campo, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e grupo focal.

De acordo com Flick (2004, p.152), “a observação deve passar por um processo para se tornar cada vez mais concreta e concentrada nos aspectos essenciais às questões de pesquisa”. Além disso, segundo este autor, planejar e dirigir a observação, bem como estar ciente dos próprios recursos, pode reduzir o risco de o pesquisador “ser absorvido pelo campo”, ou seja, de “adotar perspectivas do campo irrefletidamente” (p.156).

Desse modo, no tocante ao ambiente institucional do CAO-DH/MPMG, pretendo observar como se relacionam os integrantes da equipe responsável pelo Programa Diálogos Comunitários, investigando, por exemplo, se as relações são horizontais ou verticais entre eles, considerando os diferentes cargos que ocupam no contexto do Programa; se o trabalho da equipe acontece em grupo; se existe divisão de tarefas e/ou responsabilidades entre os integrantes da equipe e como isso se relaciona com suas respectivas áreas de formação; e em que medida a equipe recorre à comunidade para tomar decisões.

Em âmbito comunitário, durante visitas aos territórios e reuniões com moradores, buscarei observar, por exemplo, como e por quem o Programa é apresentado à comunidade; como são elaboradas as pautas de reunião; quem coordena as atividades; como é escolhido o método para realização dos encontros; em que medida os moradores se manifestam em relação aos integrantes da equipe; e como são tratadas as demandas coletivas e/ou individuais dos moradores.

Para registrar a observação, escreverei notas de campo de conteúdo descritivo (buscando apreender a imagem do local, as pessoas, as ações e as conversas observadas) e reflexivo (incluindo meu ponto de vista, minhas ideias e minhas preocupações) (Frizzo, 2010).

As notas de campo serão complementadas com a escrita de um diário de campo, considerando que a elaboração das notas é geralmente marcada “pela percepção e pela apresentação seletiva do

pesquisador” (Flick, 2004, p.182), o que deverá ser reduzido ou pelo menos qualificado por meio do diário. Além disso, o diário de campo parece ser uma ferramenta imprescindível enquanto fonte para autoanálise e reflexão crítica acerca de minha trajetória e meu desempenho como pesquisadora, dado que a ferramenta faz parte do gênero de autobiografia intelectual (Montero, 2006).

Adotaremos as entrevistas do tipo semiestruturado, na medida em que constitui instrumento que permite roteiro flexível, capaz de valorizar e incluir uma informação inesperada (Macedo, 2010, p.105). Além disso, acreditamos que servirá para fornecer os dados básicos para a compreensão das relações entre os atores sociais considerados pelo estudo, considerando suas crenças, valores e motivações, dentre outros fatores (Bauer & Gaskell, 2003).

A fim de averiguar como aconteceu o processo de inserção da equipe de profissionais em cada uma das comunidades, será entrevistado um integrante da equipe do CAO-DH/MPMG que satisfaça os seguintes critérios: ter participado da elaboração do Programa Diálogos Comunitários; conhecer os critérios de escolha de comunidades para o desenvolvimento de ações do mesmo programa; e ter participado das ações iniciais de apoio comunitário em ambos os territórios – o que inclui ter presença comprovada nas primeiras reuniões do Programa realizadas em cada local.

Também faremos uso da entrevista semiestruturada para analisar como foram explicitadas as demandas pela comunidade, como elas foram interpretadas pela equipe do CAO-DH/MPMG e como se deu o direcionamento das ações ou estratégias de apoio comunitário em cada território a partir destas demandas. Utilizaremos a entrevista, ainda, para investigar características das relações estabelecidas entre equipe do CAO-DH/MPMG e moradores de ambas as comunidades. Para tanto, serão entrevistados dois membros das comunidades, um que resida no Bairro Ribeiro de Abreu e outro, no Conjunto Taquaril, bem como um integrante da equipe do CAO-DH/MPMG.

Selecionaremos os moradores a serem entrevistados de acordo com os seguintes critérios: a) estar participando das ações de apoio comunitário em conjunto com o CAO-DH/MPMG desde o momento em que foram iniciadas em sua comunidade; b) ter estado presente nas primeiras reuniões gerais do Programa realizadas no território onde reside, em que foram deliberadas as demandas e as estratégias de trabalho iniciais; c) ter participado de pelo menos 70% dos encontros realizados nos territórios com a equipe do CAO-DH/MPMG até o momento de desenvolvimento desta pesquisa; d) ser indicado por pelo menos dois moradores da comunidade como uma pessoa adequada para representá-los em sua maioria; e) ter disponibilidade para participar da entrevista.

Já o integrante da equipe do CAO-DH/MPMG a ser entrevistado nós selecionaremos de acordo com os seguintes critérios: a) ter participado ou estar participando do Programa Diálogos Comunitários; b) ter participado de pelo menos duas reuniões com os moradores em que tenham sido discutidas

demandas das comunidades e formas de trabalhar com elas; c) ter disponibilidade para participar da pesquisa.

A escolha pelo grupo focal neste estudo está atrelada ao objetivo de alcançar “uma variedade de informações, sentimentos, experiências e representações” (Kind, 2004, p.126) de um pequeno grupo sobre um determinado tema. Assim, o grupo focal terá o intuito de verificar se o trabalho realizado internamente pela equipe multidisciplinar do CAO-DH/MPMG é interdisciplinar conforme se propõe, bem como identificar limitações do apoio comunitário enquanto atribuição do MPMG que tenham se apresentado como dificuldades ou impedimentos à atuação da equipe.

O número de participantes do grupo poderá variar de quatro a dez pessoas, a depender do interesse e da disponibilidade dos integrantes da equipe para participar da pesquisa – a adesão deverá ser voluntária (Gatti, 2005). A moderadora do grupo será eu, e o observador, um colega de curso treinado. Considerando que “a combinação de objetivos de pesquisa claros, a construção de um temário adequado e uma equipe de moderador e observador capacitados dispensa mais de um encontro por grupo” (Gatti, 2005, p.129), planeja-se a princípio a realização de um encontro, com duração de 90 minutos, a ser realizado em local que seja de fácil acesso aos participantes e que lhes ofereça privacidade e conforto.

Analisaremos os dados construídos a partir das entrevistas semiestruturadas e do grupo focal por meio do método da teoria fundamentada, de Kathy Charmaz (2009). A escolha por esse método, dentre outros motivos, deve-se ao fato de que essa autora entende que nós, pesquisadores, fazemos parte do mundo do qual partimos para construir os dados. Assim, as teorias fundamentadas seriam construídas “por meio dos nossos envolvimento e das nossas interações com as pessoas, as perspectivas e as práticas de pesquisa, tanto passados e como presentes” (pp.24-25). Além disso, essa abordagem admite pequenas amostras e dados limitados, partindo do princípio de que qualquer versão teórica oferece uma interpretação ou uma construção da realidade pesquisada e não um quadro fiel dela.

Serão consultados documentos secundários (Montero, 2006) como atas de reuniões, relatórios de atividades e projetos que descrevam o processo de elaboração e desenvolvimento do Programa Diálogos Comunitários. Segundo esta autora, os documentos secundários podem servir não apenas para gerar informações, mas também para motivar e originar ações durante o trabalho comunitário.

A partir desse estudo pretende-se a) apontar **incoerências e implicações que podem surgir a partir da associação do referencial teórico-prático da PCLA com alguns modelos de abordagens comunitárias utilizadas pelo poder público**; b) identificar dificuldades de ordem técnica, teórica ou política enfrentadas pelos representantes do poder público que devem ser superadas para possibilitar o desenvolvimento de práticas comunitárias emancipatórias; c) contribuir para a criação de estratégias institucionais capazes de tornar efetivas as ações de apoio comunitário no que tange à promoção do

exercício de autonomia e autogestão da comunidade.

Palavras-chave: poder público; comunidades; abordagens de intervenção; Psicologia Comunitária Latino-americana.

### Referências

- Alfaro I., J. (2016). Estado de avance da discussão sobre a relação entre psicologia comunitária e políticas públicas: Derivações para assumir a complexidade do vínculo. In Alfaro I., J. & Zambrano, A. (2009). *Psicologia Comunitária y Políticas Sociales em Chile. Psicología & Sociedad*, 21(2), 275-282.
- V. Ximenes, J. Sarriera, Z. Bonfim & J. Alfaro I (Org.), *Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres* (pp.25-48). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- American Psychological Association (APA). (2012). Manual de publicação da APA. Porto Alegre: Penso.
- Ansara, S. & Dantas, B. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103.
- Bauer, M. & Gaskell, G. (2003). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Frizzo, K. (2010). Diário de campo: reflexões epistemológicas e metodológicas. In J. Sarriera (Org.), *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas* (pp.169-187). Porto Alegre: Sulina.
- Gatti, B. (2005). *Grupo focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Liber livro.
- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10(15), 124-136.
- Macedo, R. (2010). *Etnopesquisa Crítica, Etnopesquisa-Formação*. Brasília: Liber Livro.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: El método em la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Muñoz, G. (2011). Contrapuntos Epistemológicos para Intervenir lo Social: ¿Cómo impulsar un diálogo interdisciplinar? *Cinta de Moebio*, 40, 84-104. Recuperado de <http://www.moebio.uchile.cl/40/Muñoz.html>.
- Prado, M. (2002). A Psicologia Comunitária nas Américas: O Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do Político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 201-210.
- Rodriguez, A. (2009). Social policies in Uruguay: A view from the political dimension of community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 43(1-2), 122-133.
- Solarz, A. (2001). Investing in children, families and communities: Challenges for an interdivisional public policy collaboration. *American Journal of Community Psychology*, 29(1), 1-14.
- Wiesenfeld, E., & Albarracín, D. (2016). La meta psicología social comunitaria: propuesta para afrentar la crisis de la disciplina em anérica latina. In V. Ximenes, J. Sarriera, Z. Bonfim & J. Alfaro I (Org.), *Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres* (pp. 197-214). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

**RESUMO EXPANDIDO 8**

Título: Entre segredos e anonimatos: as representações sociais de bulimia e anorexia no ambiente virtual dos blogs

Aluna: Letícia Tatiane Rezende Faleiro

Linha de pesquisa: Cultura, modernidade e subjetividade

Orientadora: Profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

As transformações advindas da contemporaneidade marcam um tempo existencial caracterizado por um sentimento de mal-estar e vazio interior. O consumo e a imagem se mostram como privilegiados pela sociedade moderna, o que resulta num movimento crescente em torno do “ter”, muitas vezes em detrimento do “ser”. O corpo torna-se o lugar da moral, matriz da identidade pessoal e a aparência é o que conta. Nessa consequente relação à ideologia corporal, o corpo obtém um novo valor e sofre um desinvestimento simbólico: a própria subjetividade e interioridade do indivíduo são deslocadas para o corpo e a alma se vê, assim, em estado de supressão (Giovanetti, 2012; Nunes & Holanda, 2008; Ortega, 2002). Nas relações entre as pessoas, o mundo moderno tem protagonizado uma nova forma de interação advinda da internet. A comunicação virtual, ainda que não seja acessível a todos, criou um novo ambiente de interação, considerado como um local democrático que oferece garantia do anonimato e livre expressão (Bittencourt & Almeida, 2013). É nesta congregação entre o tempo existencial característico da sociedade contemporânea e as novas formas de interações sociais que muitas pessoas que possuem transtornos alimentares vêm buscando as redes de comunicações criadas pelo ambiente virtual para compartilharem interesses, valores e aspirações que permitem a criação de laços de afinidade (Bittencourt & Almeida, 2013). Nunes e Holanda (2008) afirmam que a etiologia dos transtornos alimentares “é formada por um conjunto de fatores em interação, envolvendo componentes biológicos, psicológicos, familiares, socioculturais, genéticos e de personalidade”. Os multifatores contidos nas gêneses desses transtornos salientam a complexidade do comportamento alimentar e a importância de um plano terapêutico multidisciplinar para o efetivo cuidado dos pacientes. Diversos estudos assinalam a predominância dos transtornos alimentares em adolescentes e mulheres adultas ocidentais, brancas, jovens (com concentração na faixa etária entre 15 e 25 anos) e com alto nível socioeconômico e cultural. A proporção média na relação entre homens e mulheres é de 1:10. Além disso, a prevalência pode ser ainda mais elevada em pessoas que exercem atividades mais vulneráveis às pressões associadas a padrões estéticos, tais como modelos, bailarinas, atletas e profissionais da área da saúde (Almeida, 2003; Borges, Sicchieri, Ribeiro, Marchini & Santos, 2006;

Bosi, Luiz, Uchimura & Oliveira, 2008; Foroni, Santos & Fechio, 2011; Lira, 2006; Pinzon & Nogueira, 2004). Ante a exposição da importância do estudo da contemporaneidade e seus efeitos sobre a subjetividade e em conexão com a proposta da linha de pesquisa “Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação”, a nossa investigação se propõe ao estudo da contemporaneidade e seus efeitos sobre os processos de subjetivação e construção de identidades, reconhecendo a relação entre os transtornos de alimentação e os processos socioculturais envolvidos. Partimos do pressuposto de que os transtornos alimentares e as representações sociais são os pontos principais dessa análise, e, por isso, se torna importante apresentar algumas reflexões sobre a dimensão corpórea enquanto constitutiva do ser humano, a descrição psicopatológica dos transtornos alimentares, a conceituação originária acerca da teoria das representações sociais e as contribuições da teoria moscoviciana para a área da saúde. Para falar sobre transtornos alimentares e suas dimensões existenciais, sociais e psicopatológicas, a nossa pesquisa considera que o corpo, enquanto apresentação do modo particular do existir, recebe fortes influências da cultura e sociedades contemporâneas, que o induz a se enquadrar dentro de uma dinâmica social hegemônica. A demonização da gordura e da obesidade como justificativa da ideia de saúde, a obediência às normas e exigências para alcançar o sucesso e a felicidade refletem a exigência social de adequação dos corpos a um modelo ideal relacionado à magreza. A crença na possibilidade de formatar o corpo de acordo com seus desejos e necessidades está na raiz do crescimento dos transtornos alimentares nas sociedades ocidentais (Helman, 2007; Ida & Silva, 2007; Marzano-Parisoli, 2004). Jodelet (2009) reconhece a importância da dimensão corpórea ao ressaltar que a primeira forma pela qual o sujeito se situa no mundo é por meio do seu corpo, de modo que a participação no mundo e na subjetividade passa pelo corpo. Dessa maneira, de acordo com a perspectiva utilizada nesse trabalho de que o corpo é um corpo vivo vivenciado como um objeto pessoal representativo da intencionalidade do sujeito, somada às influências sociais e culturais na sua apresentação, propomos uma relação entre a dimensão corpórea e o desenvolvimento de transtornos alimentares. Para a descrição psicopatológica dos transtornos alimentares referenciada por este trabalho, será considerada a décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), estruturada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em relação à teoria das representações sociais, Serge Moscovici (2004) apresenta a Teoria das Representações Sociais como desenvolvida no campo da Psicologia Social e preocupada com o conhecimento compartilhado no senso comum, partindo do entendimento de que o sujeito é construído socialmente e vice-versa, de forma que o conhecimento do senso comum não se contrapõe ao conhecimento científico. Dessa maneira, as representações sociais são entendidas como uma forma de conhecimento possível em decorrência da interação com o outro, possibilitando a ação em um mundo criado e compartilhado socialmente. A teoria proposta por Moscovici tem como pressuposto a não separação entre o sujeito e o objeto da representação social ao

considerar a reciprocidade entre os fenômenos psicológicos e sociais, afirmando, assim, a construção simbólica da realidade. A partir da Teoria das Representações Sociais, o sujeito não é compreendido como isolado no seu modo de vida individual, mas sim como aquele capaz de interiorizar as representações sociais e, ao mesmo tempo, construí-las a partir da interação social (Gonçalves, 2011). A partir dos seus pressupostos teóricos e práticos, a Teoria das Representações Sociais tem fornecido significativos aportes para a compreensão das diferentes realidades sociais. Flick (1995), citado por Trindade (1998), defende que os estudos embasados nas representações sociais têm contribuído na investigação das concepções de saúde e doença, principalmente pela oportunidade de elucidar a questão para além da abordagem individual. Neste sentido, na tentativa de apreender o significado da bulimia e anorexia para estes grupos sociais, a Teoria das Representações Sociais se mostra adequada para a identificação dos elementos que compõem as representações e práticas sociais partir do ponto de vista de quem as vivenciam considerando as práticas sociais normativas implicadas nessas síndromes. O objetivo geral do nosso trabalho é identificar as representações e práticas sociais sobre anorexia e bulimia para as pessoas que interagem em blogs de acesso público pró-anorexia e pró-bulimia. Como objetivos específicos, enumeramos os seguintes: a) organizar, identificar e descrever os depoimentos, comentários, informações e imagens disponibilizados nos blogs investigados; b) descrever os elementos semânticos que se articulam com a bulimia e a anorexia a partir das expressões emitidas pelas pessoas que interagem nos blogs pesquisados; c) explorar e identificar quais os elementos nos depoimentos, comentários, informações e imagens disponibilizados nos blogs investigados que compõem as representações sociais sobre bulimia e anorexia e que podem estar relacionados às experiências com os transtornos alimentares e, d) identificar e descrever os possíveis comportamentos e práticas relacionadas à bulimia e anorexia descritas nos depoimentos, comentários, informações e imagens disponibilizados nos blogs investigados. A nossa pesquisa será realizada por meio do levantamento documental de depoimentos, comentários, informações e imagens disponíveis em blogs de acesso público pró-anorexia (pró-ana) e pró-bulimia (pró-mia) criados para o compartilhamento de experiências sobre anorexia e bulimia. Os blogs serão escolhidos de forma aleatória, por meio da ferramenta de busca online *Google*, utilizando-se como descritores a expressão *blogs ana e mia*. O critério utilizado para definição dos blogs terá como base a ordem de aparição apresentada pela ferramenta que registram publicações no ano de 2016. A construção de dados para a realização da pesquisa será realizada por meio da coleta de depoimentos, comentários, informações e imagens disponibilizadas em blogs de acesso público pró-anorexia e pró-bulimia criados para o compartilhamento de experiências sobre anorexia e bulimia. Os dados selecionados serão aqueles nos quais as interações acontecem de forma anônima ou por meio do uso de codinome, a fim de preservar a identificação das pessoas que interagem nesses ambientes virtuais. As informações provenientes dos

depoimentos, comentários, informações e imagens serão organizadas em categorias a partir da análise de conteúdo, conforme Bardin (2015). Neste tipo de análise, as expressões são representativas do contexto em que o sujeito está imerso e traz à tona a subjetividade envolvida no sentido dado às palavras apresentadas. Em termos de relevância, o conhecimento sobre as representações sociais têm sido um importante campo de estudo para a compreensão das convicções do senso comum sobre os diversos aspectos relacionados à saúde. Estudos desenvolvidos por Cerello, Gianordoli-Nascimento, Moreira, Rocha, Ribeiro e Rezende, (2013) e Trindade (1998), por exemplo, apontam a importância de elucidar as representações sociais acerca de determinadas doenças para a geração de propostas de intervenções que possibilitem ampliar as alternativas de enfrentamento social por parte das pessoas que as vivenciam. Dessa maneira, apreender as representações sociais sobre anorexia e bulimia poderá contribuir com o vislumbamento de propostas de intervenções mais assertivas para os pacientes, ampliando as diversas facetas e impactos dessas síndromes. A importância trazida pela problematização do tema é ressaltada por dados que comprovam o elevado risco de morte para as pessoas com transtornos alimentares, ainda mesmo aqueles considerados como menos graves. Nos quadros de anorexia nervosa, por exemplo, o risco de mortalidade pode chegar a 15% dos casos (Alvarenga, Scagliusi & Philippi, 2011; Claudino & Borges, 2002; Ambulim, 2015). Acreditamos que outra significativa contribuição da nossa pesquisa se refere à utilização da comunicação virtual como fonte documental. Ao considerar a internet como uma possibilidade de expressão e sociabilização, com base nas afirmações de Recuero (2009), o ambiente virtual se apresenta como favorável à livre exposição de representações e práticas relacionadas à anorexia e à bulimia por ser um veículo que propicia amplo acesso, permite o reconhecimento das práticas relativas aos transtornos alimentares e reserva a exposição pessoal ao anonimato. Em relação à colaboração com o avanço científico, esperamos que as reflexões que decorrerem do nosso trabalho contribuam com o reconhecimento e investigação marginal das representações sociais sobre anorexia e bulimia, considerando que a incidência dos transtornos alimentares tem crescido nos últimos anos e há carência de estudos que contribuam para o conhecimento da sua etiopatogenia, principalmente daqueles que associem a bulimia e a anorexia do ponto de vista de quem as experienciam.

Palavras-chave: Transtornos alimentares; Representações Sociais; Blogs; Análise de Conteúdo.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, P. E. M. (2003). Transtornos Alimentares e Atividade Esportiva. In K. Rubio (Org.). *Psicologia do Esporte: Teoria e Prática* (pp. 77-89). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Almeida, Â. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2000, dezembro). Representações e Práticas Sociais: Contribuições Teóricas e Dificuldades Metodológicas. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, 8 (3), 257-267. Recuperado em 30 de outubro de 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v8n3/v8n3a05.pdf>.
- Alvarenga, M. S., Scagliusi, F. B., & Philippi, S. T. (2011, março). Comportamento de risco para transtorno alimentar em universitárias brasileiras. *Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo*, 38 (1), 3-7. Recuperado em 10 de junho de 2015, de <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol38/n1/03.htm>.
- Ambulim. (2015). São Paulo: Ambulatório de Bulimia e Transtornos Alimentares do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Recuperado em 30 de julho de 2015, de <http://www.ambulim.org.br>.
- American Psychological Association. APA. (2012). *Manual de publicação da APA* (6a ed.) (D. Bueno, trad.). Porto Alegre: Penso.
- Arruda, A. (2002). Uma abordagem processual das representações sociais sobre o meio ambiente. In A. Arruda (Org.). *Olhares sobre o contemporâneo: representações sociais de exclusão, gênero e meio ambiente*. João Pessoa: UFPB. Recuperado em 19 de julho de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>.
- Banzato, C. E. M., Pereira, M. E. C., & Dantas, C. R. (n.d.). Classificações diagnósticas: usos e riscos. *Boletim Científico da Associação Brasileira de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, (7). Recuperado em 23 de outubro de 2016, de [http://www.abpbrasil.org.br/boletim/exibBoletim/?bol\\_id=7&boltex\\_id=27](http://www.abpbrasil.org.br/boletim/exibBoletim/?bol_id=7&boltex_id=27).
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bittencourt, L. J. & Almeida, R. A. (2013). Transtornos alimentares: patologia ou estilo de vida? *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 220-229. Recuperado em 23 de outubro de 2016, de <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3539/2156>.

- Borges, N. J. B. G., Sicchieri, J. M. F., Ribeiro, R. P. P., Marchini, J. S., & Santos, J. E. (2006, julho/setembro). Transtornos alimentares: quadro clínico. *Simpósio Transtornos alimentares: anorexia e bulimia nervosa*, 39 (3), 340-348, Ribeirão Preto, São Paulo. Recuperado em 24 de outubro de 2016, de [http://revista.fmrp.usp.br/2006/vol39n3/4\\_transtornos\\_alimentares\\_quadro\\_clinico.pdf](http://revista.fmrp.usp.br/2006/vol39n3/4_transtornos_alimentares_quadro_clinico.pdf)
- Bosi, M. L. M., Luiz, R. R., Uchimura, K. Y., & Oliveira, F. P. (2008). Comportamento alimentar e imagem corporal entre estudantes de educação física. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 57 (1), 28-33. Recuperado em 13 de junho de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852008000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852008000100006&lng=en&nrm=iso).
- Cerello, A. C., Gianordoli-Nascimento, I. F., Moreira, A. H., Rocha, V. S., Ribeiro, L. M., & Rezende, N. A. (2013, agosto). Representações sociais de pacientes e familiares sobre neurofibromatose tipo 1. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (8), 2359-2368. Recuperado em 04 de junho de 2015, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63027994020>.
- Claudino, A. M., & Borges, M. B. F. (2002). Critérios diagnósticos para os transtornos alimentares: conceitos em evolução. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 24 (3), 7-12. Recuperado em 28 de julho de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v24s3/13964.pdf>.
- Dalgalarro, P. (2008). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais* (2a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Farr, R. M. (2013). *As Raízes da Psicologia Social* (11a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, M. C. (2011). Breve história da moderna Psicologia Social. In: C. V. Torres & E. R. Neiva. (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp.13-30). Porto Alegre: Artmed. Recuperado em 25 de junho de 2016, de [http://www.larpsi.com.br/media/mconnect\\_uploadfiles/c/a/cap\\_01pop.pdf](http://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01pop.pdf).

- Foroni, P. A., Santos, L. F., & Fechio, J. J. (2011, abril). O profissional de Educação Física como agente de saúde: seu papel na questão dos transtornos alimentares. *EFDeportes.com, Revista Digital*, 16 (155), 1. Recuperado em 10 de junho de 2015, de <http://www.efdeportes.com/efd155/profissional-de-educacao-fisica-transtornos-alimentares.htm>.
- Franco, M. L. P. B. (2003). *Análise do conteúdo*. Brasília: Plano.
- Giovanetti, J. P. (2012). *Psicoterapia Fenomenológico-existencial: fundamentos filosófico-antropológicos*. Belo Horizonte: FEAD.
- Gonçalves, H. M. (2011). *Subjetividade e representações sociais: estado da arte da produção nacional 2000-2010*. 160f. Estágio Pós-Doutoral, Fundação Carlos Chagas, Superintendência de Educação e Pesquisa, São Paulo. Recuperado em 19 de julho de 2015, de <http://www.fcc.org.br/fcc/images/pesquisa/estagios/projetos/HeleniceMGonçalves.pdf>.
- Helman, C. G. (2007). Definições culturais de anatomia e fisiologia. In C. G. Helman (Org.). *Cultura, saúde e doença*. (pp. 24-48). Porto Alegre: Artmed.
- Ida, S. W. & Silva, R. N. (2007). Transtornos alimentares: uma perspectiva social. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7 (2), 417-432. Recuperado em 24 de outubro de 2016, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482007000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt).
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion (T. B. Mazzotti, trad., A. J. A. Mazzotti, rev.). In D. Jodelet (Org.). *Les représentations sociales*.(pp.31-61). Paris: PUF.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2009, setembro/dezembro). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Revista Sociedade e Estado*, 24 (3), 679-712. Recuperado em 01 de maio de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/04.pdf>.
- Lane, S. T. M. (2006). *O que é Psicologia Social*. 22. Ed. São Paulo: Brasiliense.

- Lima, R. S. (2009). História da Psicologia Social no Rio de Janeiro: dois importantes personagens. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21 (2), 409-423. Recuperado em 02 julho, 2016, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922009000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000200014).
- Lira, L. C. (2006). *Narrativas de Ana: corpo, consumo e self em um grupo pró- anorexia na internet* (Dissertação de Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado em 24 de outubro de 2016, de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp106580.pdf>.
- Marzano-Parisoli, M. (2004). *Pensar o corpo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2010). *Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos* (1a ed.). Vitória: GM.
- Moscovici, S. (1990). Social psychology and developmental: extending the conversation. In G. Duveen., & B. Lloyd. (Eds.). *Social Representations and Development of Knowledge* (pp. 164-185). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (2004). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (2a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Moya, T., Claudino, A. M., & Van Furth, E. F. (2007). Acerca do documento da Comissão Técnica da ABP intitulado "Diretrizes para a Indústria da Moda". *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 29 (3), 295-296. Recuperado em 30 de julho de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462007000300022&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462007000300022&script=sci_arttext).
- Nunes, A. L., & Holanda, A. (2008, dezembro). Compreendendo os transtornos alimentares pelos caminhos da Gestalt-terapia. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 14 (2), 172-181. Recuperado em 14 de junho de 2015, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v14n2/v14n2a04.pdf>.
- Organização Mundial da Saúde. OMS. (2008). *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. CID-10 (Vol. 1, 10ª rev.). São Paulo: Edusp. Recuperado em 23 de outubro de 2016, de <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>

- Ortega, F. (2002). Da ascese a bio-ascese – ou do corpo submetido à submissão ao corpo. In M. Rago., L. B. L. Orlandi., & A. Veiga-Neto. (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzschianas* (pp.139-173). Rio de Janeiro: DP&A.
- Osti, A., Silveira, C. A. F., & Brenelli, R. P. (2013). Representações Sociais: Aproximando Piaget e Moscovici. *Shème Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, 5 (1), 35-60. Recuperado em 20 de outubro de 2016, de <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/viewFile/3176/2487>.
- Pinzon, V., & Nogueira, F. C. (2004). Epidemiologia, curso e evolução dos transtornos alimentares. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 31 (4), 158-160. Recuperado em 08 de junho de 2015, de <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol31/n4/158.html>.
- Recuero, R. (2009). *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Sá, C.P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sá, C. P. (2007, setembro/dezembro). Sobre a Psicologia Social no Brasil: Entre Memórias Históricas e Pessoais. *Psicologia & Sociedade*, 19 (3), 7-13. Recuperado em 12 de junho de 2016, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300002).
- Stein, E. (2003). *La estructura de la persona humana* (J. Mardomingo, trad.). Madrid: Estudios y ensayos BAC Filosofia y ciências.
- Trindade, Z. A. (1998). Em busca da maternidade: dilema reprodutivo de mulheres inférteis. In A. S. P. Moreira, & D. C. Oliveira. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp.191-203). Goiânia: AB Editora.

## RESUMO EXPANDIDO 9

Título: Construindo e reconstruindo gêneros em batalhas de Freestyle: um estudo com vídeos do YouTube

Aluna: Márcia Francisca de Oliveira Silva

Linha de pesquisa: Cultura, modernidade e subjetividade

Orientador: Prof. Dr. Adriano R. A. do Nascimento

No presente trabalho pretendo empreender investigação sobre as construções e reconstruções relacionadas às referências de gênero nas batalhas/duelos de MC's entre mulheres e homens. Este trabalho também tem como objetivos: 1) Entender quais são os elementos característicos das diferentes referências e posições manifestadas por mulheres e homens no momento da disputa de rima improvisada; 2) Verificar quais são os processos de afirmação, legitimação e deslegitimação que acontecem durante as batalhas; 3) Compreender como ocorre a construção e reconstrução dos argumentos no processo de interação entre mulheres e homens. Os duelos/batalhas de MC's são competições de rimas improvisadas, sendo que estas rimas improvisadas são chamadas de Freestyle. O Freestyle se constitui enquanto um subgênero da música rap, e esta última é um dos quatro elementos do movimento Hip Hop. As batalhas de MC's são um fenômeno pulsante e em expansão em várias cidades. Uma das batalhas mais antigas do país é a Batalha do Real, que acontece desde 2003, na cidade do Rio de Janeiro. As batalhas seguem uma forma de funcionamento geral, embora, de cidade para cidade seja possível encontrar diferenças. No início do evento há a inscrição dos competidores, e as duplas que irão se enfrentar são decididas por sorteio. Em algumas cidades, são oito inscritos por dia de competição. Depois do sorteio dos oponentes, inicia-se a batalha/duelo, onde se decide no par ou ímpar quem irá começar. O (a) MC que começa deve atacar seu oponente e logo em seguida, o (a) oponente responde aos ataques. Depois, há um segundo momento, onde o segundo oponente revida e o primeiro responde. O vencedor ou vencedora é decidido por meio da avaliação de qual dos dois oponentes elaborou as melhores rimas. Estas rimas devem ser desenvolvidas em cima de uma batida escolhida pelo DJ, e o (a) participante deve, além de explorar de forma abrangente o vocabulário, manter o *flow* de acordo com a batida que estiver tocando no momento. O *flow* é a habilidade do (da) MC de usar o ritmo e a articulação na maneira de rimar de acordo com a batida. O vencedor ou vencedora é decidido pelo público. Eventualmente, em caso de dúvida, um dos organizadores do evento emite o voto, como um juiz. Além do rap, os demais elementos que compõe a Cultura Hip Hop são: o grafite (expressão artística/gráfica), o DJ (expressão musical juntamente com o rap) e o *break*

(expressão da cultura referente à dança). O Hip Hop, movimentação inicialmente surgida na década de 1970 com o propósito de proporcionar espaços de lazer e diversão no Bronx, se expandiu por todo o mundo, chegando inclusive ao Brasil. Podemos considerar o Hip Hop como parte da expressão dos negros e negras da diáspora uma vez que, ainda que surgido nos EUA, tem como antecedentes diretos os *soundsystems* e os *toasters* da Jamaica, e, anterior ainda a estas manifestações, está o canto falado na África Ocidental. Após o início como movimento de lazer, o Hip Hop passou a se configurar também como movimento de contestação da juventude, em sua maioria pobre, negra e periférica. Atualmente, contudo, é possível observar uma expansão do movimento, que atinge jovens e pessoas mais velhas de outras raças e classes sociais. Ainda que a cultura Hip Hop tenha se firmado como movimento de contestação juvenil, que ao mesmo tempo se aproxima e conflita com o “sistema”, com o instituído, em muitas situações acaba por também reproduzir relações hegemônicas de poder. Esta reprodução de relações hegemônicas pode ser percebida quando consideramos a inserção das mulheres no movimento Hip Hop. Ainda que exista participação feminina, e que ela tenha aumentado ao longo do tempo, é notório que o Hip Hop ainda é um movimento bastante masculinizado. O número de mulheres que participam, seja como espectadoras dos eventos, seja no exercício dos elementos, é bem menor do que o número de homens. Além disto, as mulheres que têm interesse em se inserir em algum dos elementos ainda enfrentam desafios relacionados ao gênero, num questionamento constante de suas capacidades. Os homens, quando são questionados sobre a menor presença feminina, argumentam que são as próprias mulheres que não se sentem à vontade de participar. Contudo, há prescrições das mais variadas para as mulheres em relação ao comportamento dentro do movimento. Em momentos anteriores, por exemplo, muitas mulheres, em busca de maior respeito “dos manos”, se vestiam de forma mais masculinizada, como a esconder os detalhes anatômicos do corpo que as diferenciavam dos homens. Este quadro tem mudado aos poucos. A presença de mulheres é reduzida em todos os elementos, e no rap, e em seu subgênero, o Freestyle, o fenômeno também se repete. Os quatro elementos são próprios da cultura de rua, o que já é um desafio posto para as mulheres, cuja socialização desde o início da vida se volta para o privado. No Freestyle, contudo, há desafios diferenciados com relação aos outros elementos. O ataque ao adversário (a) na competição de rima improvisada visa o abatimento do (da) oponente por meio das melhores rimas. As poucas mulheres que participam das batalhas já rompem com algumas normativas desde o início, quando pleiteiam a participação: se colocam em evidência, na rua, numa disputa cujo nome remete ao masculino (duelo ou batalha) e onde ambos os competidores colocam seus corpos à disposição na competição. Muitas vezes alguns discursos produzidos pelos homens em suas rimas, quando estão em frente às adversárias, referem-se a temáticas relativas ao gênero destas. Dentre outros desafios colocados à participação das mulheres nas disputas de rimas improvisadas em formato de batalhas, está o fato de que a competição pressupõe um enfrentamento

direto, sendo necessário atacar o (a) adversário (a). É interessante considerar este ponto numa perspectiva que observa as assimetrias de gênero em sua dimensão relacional. Através desta observação, é possível, por exemplo, perceber as construções sociais e os lugares de gênero que posicionam os homens como aqueles a quem é de direito a batalha, a luta e a guerra. E, no caso das mulheres, considerar as construções que as interpretam como inaptas para a participação em duelos/batalhas de MC's, uma vez que a luta e a guerra não são para elas. Além disto, acontecem as mais variadas demarcações de gênero nas rimas, por exemplo, quando as oponentes são mulheres, é comum os rapazes iniciarem as frases dizendo que não são machistas, ou que o ataque que irão fazer não é machismo. As batalhas são um espaço dialético, onde um oponente faz as suas rimas e o outro improvisa as suas próprias rimas com base no que foi dito antes pelo (a) oponente. Desta forma, o discurso é construído e reconstruído naquele espaço de competição. Quais construções aparecem e quais reconstruções são conseqüentes da construção inicial, no que diz respeito aos lugares de gênero? Quais novos discursos podem ser produzidos neste contexto? Considerando a especificidade com relação aos lugares de homens e mulheres nas relações sociais, de alguma forma transposta para estes contextos, como o de batalha/duelo de MC's, interpreto como pertinente uma análise das disputas de rimas improvisadas entre homens e mulheres que considere o conceito de gênero. Pretendo utilizar o gênero como categoria analítica (Scott, 1995), uma vez que possibilita compreender a dinâmica dos lugares de homens e mulheres como algo relacional, onde as relações de hierarquia e/ou poder se perpetuam, mas que também podem ser desafiadas. Como horizonte epistemológico deste trabalho, pretendo me subsidiar em uma abordagem de inspiração feminista. A abordagem epistemológica feminista tem entre outros pressupostos, a concepção de produção de saber científico localizado (Haraway, 1995). Desta maneira, o (a) pesquisador (a) deve compreender sua produção de conhecimento como algo situado corporificamente, e sócio-historicamente dentre outros marcadores. A perspectiva do saber científico localizado abrange a compreensão de que tais marcadores influenciam tanto nas escolhas científicas quanto em seus produtos. Este conhecimento situado, contudo, deve ser produzido com base em um exercício crítico constante tanto das práticas como das reflexões do (da) pesquisador (a). Outro ponto de justificação para o empreendimento neste estudo é a possibilidade de contribuir com o conhecimento construído sobre mulheres e relações de gênero no Hip Hop. Além disto, considero que, ao visibilizar as construções sobre o feminino e masculino nos discursos produzidos nas rimas improvisadas contribui-se para o questionamento e desnaturalização destes mesmos lugares. Como método para a análise das construções e reconstruções relacionadas aos lugares de gênero produzidas no contexto das batalhas de rimas improvisadas dos (das) MC's, pretendo utilizar vídeos das disputas baixados no You Tube. O You Tube é uma plataforma criada em 2005, que permite aos usuários (as) carregarem vídeos e compartilhá-los na internet. Serão selecionados os vídeos em que

a disputa seja entre um homem e uma mulher. Esta escolha se relaciona com o objetivo geral descrito, sobre a necessidade de se compreender como são construídas e reconstruídas as referências de gênero nas batalhas de MC's entre mulheres e homens. Desta maneira considero ser possível a análise das prescrições colocadas às mulheres e homens com relação ao gênero. Outra questão balizadora na análise dos vídeos é a possibilidade de desafio a estas prescrições de gênero, e como elas se operacionalizam. A análise de vídeos tem seus limites e potencialidades. Um dos limites é o fato de que o vídeo é uma reprodução do real, desta maneira, o (a) pesquisadora não deve apreender o vídeo como a apreensão do real em si. Considero, contudo, que este cuidado deve ser estendido a qualquer modo de coleta/construção de dados de pesquisa. Uma das potencialidades é o fato de que, na atualidade, a linguagem de vídeo tem sido bastante utilizada para registro, sobretudo pelas camadas mais jovens da sociedade. Em se tratando de um estilo da música rap associado de alguma forma à poesia de rua, e, portanto, à efemeridade do momento em que o discurso é proferido, as gravações em vídeo se constituem como importante objeto de investigação. A seleção dos vídeos se dará por critérios de qualidade tanto da imagem, como de som. Esta escolha se dá por duas razões. A primeira é de que, uma vez que o You Tube é uma plataforma pública de carregamento de vídeos, muitos (as) jovens participantes fazem suas gravações das batalhas com os dispositivos que possuem. Desta maneira, muitas vezes são gravações de baixa qualidade (seja na imagem, seja no som), o que faz com que as mesmas sejam descartadas como objetos de análise. A segunda razão relaciona-se ao fato de que as batalhas acontecem em locais públicos, como praças, arenas, etc, e tanto a (falta de) acústica dos locais quanto as reações do público que assiste (as pessoas se manifestam com gritos quando consideram as rimas boas ou fortes) podem interferir na apreensão do conteúdo das rimas improvisadas. Outro componente que balizará a escolha dos vídeos é a presença de discursos relacionados a gênero e que apareçam durante as batalhas. Vídeos em que este tópico não apareça não serão utilizados. Pretendo selecionar vídeos baixados no You Tube no período entre os anos de 2015 e 2017, não havendo restrições em quais cidades foi produzido, não se restringindo, portanto, à cidade de Belo Horizonte. Para a construção/coleta dos dados utilizarei a Análise de Conteúdo, como recurso exploratório do material de análise da pesquisa. Usando este método de análise, pretendo identificar os principais elementos que aparecem com conteúdo relativo aos lugares de gênero nas rimas improvisadas.

### Referências

- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. (5), 7-41.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. 20 (2), 71-99.

## RESUMO EXPANDIDO 10

Título: Famílias, remoções e reassentamentos: vivências do espaço às margens de uma rodovia

Aluno: Pablo Ferreira Bastos Ribeiro

Linha de pesquisa: Cultura, modernidade e subjetividade

Orientadora: Profa. Dra. Laura C. Eiras Coelho Soares

### **Apresentação**

O presente projeto se propõe a estudar sobre famílias de camadas populares que passam por um processo de remoção e reassentamento. Tal processo ocorre em virtude das casas dessas famílias encontrarem-se na faixa de domínio de uma rodovia sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre - DNIT. Cabe ressaltar que a Justiça Federal criou um programa de conciliação, no intuito de garantir que no curso desse processo seja preservado o direito à moradia digna para essas pessoas. Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender os impactos, as transformações e as expectativas produzidas nas famílias que vivenciam tal processo.

Pretende-se, ainda, levantar as aproximações e articulações teóricas das temáticas sobre família, espaço e moradia. Propósito que, por sua vez, necessitará acessar às interseções de diferentes áreas do saber, como a Psicologia, o Urbanismo e o Direito, de modo a compreender melhor as interfaces e atravessamentos presentes no estudo da referida temática.

Outra meta é verificar quais estratégias são elaboradas pelas famílias para lidar com a iminência de uma mudança decorrente dos processos de remoção e reassentamento. Contexto que aponta para o desafio de lidar com o descompasso entre o tempo das transformações no âmbito da família, em contraposição ao tempo das políticas públicas e da justiça. A esse respeito, é relevante a informação de que, nos locais em questão, desde o início dos anos 2000 se fala da possibilidade de remoção dessas famílias.

Para além do que já se apresentou, é intento dessa proposta refletir a respeito das potências e limites de uma proposta humanizada de remoção e reassentamento. Nesse sentido, é relevante compreender a capacidade de preservar e garantir a dignidade aos sujeitos envolvidos por um processo permeado de tensões que envolvem os antagônicos princípios da defesa à propriedade privada<sup>8</sup>, o qual produz forte influência no imaginário social, e do direito à moradia digna.

---

<sup>8</sup> Embora o terreno em disputa seja público, uma vez que pertence ao DNIT, um dos grandes dificultadores na garantia do acesso à moradia digna é a forte influência que o princípio da propriedade privada exerce sobre o imaginário social e os discursos de alguns governantes.

Cabe lembrar que as reivindicações por moradia digna, especialmente no município de Belo Horizonte e Região Metropolitana, têm ganhado destaque nos últimos anos. O que ocorre principalmente com o crescimento da incidência de ocupações pela cidade e região metropolitana. Esse fenômeno pode ser, dentre outros fatores, reflexo da falta de habilidade política do poder local para assegurar o direito à moradia que, por sua vez, é garantido pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), regulamentado em 2001 pelo Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01 (Brasil, 2001).

No cenário que se instala, é necessário lançar o olhar para dentro dessa estrutura que ora se apresenta enquanto uma tentativa de conciliação, a qual visa a garantir o intento do Estado no que diz respeito às obras a serem executadas nas rodovias e, por outro lado, o direito das comunidades instaladas às suas margens. Essas famílias, em sua grande maioria, são de camadas populares, muitas delas, inclusive, em situação de vulnerabilidade ou risco social.

No que diz respeito à relevância e à atualidade do tema proposto pelo projeto que se apresenta, ainda há dois aspectos dignos de destaque. O primeiro deles se refere às dinâmicas e arranjos familiares dos que estão envolvidos pelo processo de remoção, e o segundo se compõe pela dissensão entre o tempo das famílias em relação ao tempo da justiça e das políticas públicas.

Configura-se, dessa forma, um conjunto de temas com grande potencial de estudo, enquanto objetos da Psicologia, e que, agrupados tal como se propõe, merecem menção à sua contribuição para a inserção dos saberes psicológicos nesse campo. Destaca-se, ainda, que ao convergirem diferentes áreas do conhecimento como a Psicologia, o Direito, as Ciências Sociais, a Geografia Humana e o Urbanismo, sinaliza-se a importância de priorizar um olhar transversal. Assim, como defende Morin (2000), ao ressaltar a importância de que se tornem visíveis “o contexto, o global, o multidimensional e o complexo” (p.36), para que o conhecimento se faça pertinente.

Nesse sentido, adiante, serão apresentados os recursos metodológicos para atingir os objetivos já apresentados, tendo-se optado pela revisão bibliográfica, pesquisa documental e grupo focal. Logo mais, apresentam-se as discussões alçadas para a construção do referencial teórico.

### **Método**

Para que a presente proposta possa adequar-se à dimensão de uma pesquisa de mestrado, é necessário que se faça um recorte, de modo a respeitar o tempo disponível para a sua execução e à excelência que se espera de uma dissertação. Portanto, opta-se por selecionar, enquanto campo de

pesquisa, duas vilas que são atendidas por um Programa Judicial de Conciliação, o qual é incumbido de fazer a remoção e o reassentamento humanizados de famílias que vivem às margens de uma rodovia.

O estudo que se propõe está inserido na modalidade de pesquisa qualitativa. Conforme aponta Flick (2009), a pesquisa assim denominada se dispõe ao uso de métodos abertos à complexidade, ao incomum dos temas. Visto o propósito central dessa investigação, compreende-se que o caminho mais adequado se funda por esse percurso.

Nesse sentido, pode-se recordar o que Szymanski (2003) adverte, ao relatar sobre as variadas formas de organização das famílias, as quais se compõem por crenças, valores e práticas desenvolvidas para solucionar as adversidades que lhes são impostas no decorrer da vida. Faz-se presente, portanto, a necessidade de uma perspectiva que, tal como prevê Minayo (2001, p.22), possa dar conta de um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, que permitam acessar com maior profundidade as relações, os processos e os fenômenos que não poderiam ser reduzidos a variáveis. (Minayo, 2001)

Também no sentido de garantir o uso adequado da pesquisa qualitativa, é necessário atentar-se para o que alertam Bauer, Gaskell e Allum (2015) sobre o risco de que se substitua, sem a devida crítica, os pressupostos do pesquisador por aqueles apresentados pelos sujeitos da pesquisa. Nesse aspecto, a presente proposta de estudo se fundamenta em um arcabouço teórico, levantado por meio de revisão bibliográfica, que ao encontro das informações fornecidas pelos sujeitos participantes da pesquisa, constrói as suas conclusões e amarras.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica é um importante procedimento, por meio do qual se viabiliza o aprofundamento no marco teórico que norteará a pesquisa. Alves (1992) ressalta a importância desse recurso para que se encaminhe de maneira adequada o problema de pesquisa.

Ainda para melhor compreender o processo de remoção e reassentamento, de modo a viabilizar um alcance mais aprofundado na avaliação dos impactos sentidos pelas famílias em decorrência de tal processo, propõe-se realizar levantamento e estudo de documentos produzidos pelo Programa Judicial de Conciliação que o conduz e sobre políticas de habitação praticadas atualmente. Este procedimento permitirá a contextualização do objeto de estudo. Sá-Silva, Almeida & Guindani (2009) definem a pesquisa de documentos como importante recurso para entender de maneira adequada objetos cuja compreensão demanda a contextualização histórica e sociocultural.

Como instrumento de coleta de dados, a ser utilizado no campo, optou-se pelo Grupo Focal, o qual é caracterizado por Gaskell (2015, p.79) como um “debate aberto e acessível a todos”. Gatti (2012) também contribui para essa escolha, argumentando que por meio dos grupos focais é possível compreender as reações a fatos e a eventos. Em acordo com as orientações providas por Kind (2004) para designar a quantidade de grupos a serem constituídos, propõe-se a realização de dois grupos focais

nas duas vilas selecionadas, ambas atendidas pelo Programa Judicial. Em cada uma delas serão convidadas dez famílias, que deverão eleger um membro para participar dos encontros.

Gatti (2012) defende que os grupos focais podem ser empregados, especialmente, em avaliações de impacto, tal como o presente projeto supõe que deve ocorrer no curso das remoções e reassentamentos vivenciados pelas famílias das vilas em questão. Para a autora, não se pode prescindir de alguns elementos que garantirão a qualidade do trabalho, destacando-se entre eles a manutenção do foco no assunto em pauta e a abertura às discussões que possam surgir. Assim, se faz possível consolidar informações e opiniões que viabilizem o desenvolvimento de teorizações. (Gatti, 2012)

A presente proposta também se atenta aos procedimentos necessários para a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. Para tanto, se solicitará o termo de concordância à instituição encarregada pelo processo de remoção e reassentamento dessas famílias. Cabe expor, ainda, que aos membros das famílias pesquisadas, após receberem os esclarecimentos sobre a pesquisa, serão convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tal como determina a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Também serão observadas as determinações da resolução 510/2016, a qual se refere especificamente sobre as pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Cabe apontar, ainda, que os procedimentos metodológicos descritos não encerram as possibilidades de desdobramentos e transformações ao longo da realização do trabalho, seja por necessidades que se apresentem no campo, ou pelas contribuições que serão apresentadas no momento da qualificação. Nesse sentido, recorre-se a Minayo (2004) que defende a ideia de que um trabalho só pode ser desenvolvido com o uso da imaginação, da criatividade e da experiência do pesquisador.

### **Discussões**

Segundo Harvey (2013), na contemporaneidade a maioria das pessoas encontram-se “em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito” (p.28). O autor complementa, ainda, que “a maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos” (p.28). Tal afirmativa aponta para a condição de invisibilidade instalada no lado da fronteira onde se apresenta a cidade informal, contexto que interessa à presente proposta pelo fato de se tratar do espaço onde encontram-se as famílias que se pretende estudar.

Sarti (2008) aponta como fundamental, para se falar sobre família no início do século XXI, “fazer referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos” (p.21). Em face desse argumento, compreende-se que há um processo de cisão entre um modelo familiar nuclear, idealizado, e as várias

possibilidades de configurações familiares. Nesse sentido, Moreira et al (2011) argumentam que há um processo de “contínua reinvenção de si mesma” (p.164), no âmbito da família contemporânea. Entretanto, segundo as autoras, apesar das transformações, a família não deixou de ser tida como centro da referência para a delimitação da subjetividade e alvo prioritário das políticas públicas.

Conforme se observa, a contemporaneidade traz, em comum, importantes movimentos de transformação, tanto no âmbito da cidade, quanto no contexto das famílias. Haja vista o fato de que, necessariamente, a família e a cidade estão diretamente implicadas na dinâmica uma da outra. A partir desse entendimento, pretende-se compreender um processo de transformação que, subjacente às dinâmicas que se impõem, trazem à tona problematizações a respeito de como se dão as transformações familiares, ao passo da proposta de remoção e reassentamento instituída.

Dessa maneira, se faz necessário trazer à tona as tensões que envolvem o processo de remoção e reassentamento. Para tanto, retoma-se o surgimento de Belo Horizonte, como um modelo de cidade que representa os ideais modernistas do século XIX e, por conseguinte, o surgimento de ocupações urbanas na nova capital das Minas Gerais. A partir de então, se pretende problematizar as formas de exclusão que se apresentam com o engendramento de processos segregatórios, os quais se dão desde a sua origem até os tempos atuais, pela lógica que orienta o planejamento urbano da cidade. Parte-se, então, para uma reflexão acerca das características da família contemporânea e os lugares que ocupam às margens de uma cidade que já foi concebida com o intuito de não acolher as camadas populares.

**Palavras-chave:** famílias; contemporaneidade; remoção e reassentamento; transformações do espaço;

**RESUMO EXPANDIDO 11**

Título: Aprendizagem, Inovação e Segurança do Trabalho: um estudo no segmento de calçados do APL Calçadista de Nova Serrana

Aluna: Paloma do Rosário Vidal e Silva

Linha de pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Ariane Agnes Corradi

O atual cenário de crise econômica mundial e consequentemente brasileira é por excelência um ambiente propulsor de mudanças, em todas as áreas. Para as empresas, em especial, as de micro e pequeno porte, além de resposta ao ambiente, tais mudanças são fundamentais para o alcance de vantagem competitiva.

Um relatório especial da pesquisa sobre os Indicadores de Competitividade na Indústria Brasileira (CNI, 2006) focado nas Micro e Pequenas Empresas já mostrava que, mesmo com o crescimento de bons índices que demonstram aumento da inovação, frequência de treinamento de colaboradores, investimento em máquinas e equipamentos, design, pesquisa e desenvolvimento, além do aumento na qualidade dos produtos e da produtividade, os acidentes de trabalho também cresceram.

Se houvesse uma competição entre as empresas mineiras e o resto do país, o estado receberia medalha de prata, porém com total demérito. O Anuário Brasileiro de Proteção (2015) apresentou dados mostrando que em 2013 os estabelecimentos mineiros contribuíram tanto para o crescimento em termos de pessoal ocupado, quanto para o número de acidentes de trabalho e óbitos. O Setor da Indústria de Transformação é o que teve maior número de óbitos em decorrência de atividade laboral.

Os pólos produtivos formados por MPes, como o calçadista, são citados por Santos, Krein e Calixtre (2012) como exemplos dessa degradação das condições de trabalho. Segundo relatório da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, o Brasil ocupa a terceira posição dos países produtores de calçados com um montante de 944 milhões de pares. Nesse setor há predomínio de MPes.

Existem muitos conceitos para caracterizar o que seriam Arranjos Produtivos Locais. A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trabalhando esse tema há aproximadamente 20 anos, entende que o surgimento de Arranjos Produtivos Locais se deve a fatores históricos e compartilhamento de aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos (Lastres & Cassiolato, 2003). Um Arranjo Produtivo Local, para esses pesquisadores,

Refere-se aquelas aglomerações produtivas cujas interações entre os agentes locais não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-los como sistemas.

Fundamentais para tais interações são as relações técnicas entre os diferentes agentes visando o aprendizado. Estas são essenciais para garantir a competitividade dos agentes individual e coletivamente e apresentam forte especificidade local (Cassiolato & Szapiro, 2002, p. 12).

Assim, ao se falar de redes de cooperação entre empresas, nota-se a profunda relação entre Aprendizagem e Inovação.

Neste projeto, o foco está no APL de Nova Serrana . Diferentemente dos outros APLs calçadistas mineiros, esse APL é constituído por dez municípios (Araújo, Bom Despacho, Conceição do Pará, Divinópolis, Igaratinga, Leandro Ferreira, Pará de Minas, Perdígão, Pitangui e São Gonçalo do Pará) além da cidade pólo, Nova Serrana (GTP APL, 2015). Em relação a quantidade de pares produzidos, é o maior do estado e o 3º mais importante pólo calçadista do Brasil

Segundo Azevedo, Pardini & Simão (2015) no APL de Nova Serrana existiam em 2013, 3.187 empresas aplicadas à fabricação de calçados, dessas 2.552 estavam no município de Nova Serrana. Nova Serrana é um município do Centro Oeste mineiro com 84.550 habitantes, 76% da população é economicamente ativa. Estão ocupados em Micro e Pequenas Empresas 21.199 pessoas e 43% das empresas são do setor industrial. A cidade ocupa a 64ª posição no ranking do Índice de Competitividade dos Municípios Mineiros. Esse índice se relaciona com o suporte em diversas áreas que a cidade é capaz de oferecer à manutenção das atividades empresariais.

Somente observando a cidade pólo do APL percebe-se o quanto esse arranjo é importante para o desenvolvimento da economia local e regional.

Diante da capacidade de Aprendizagem, Inovação, necessidade e também oportunidade de cooperação e colaboração com outras empresas e também diante do alarmante panorama de degradação do ambiente de trabalho proporcionado pelas empresas mineiras, uma atualização recente da Norma Regulamentadora Nº 12 que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos tem causado movimentação de variados atores socioeconômicos ligados às MPEs.

Desde 1978, quando da aprovação da Portaria 3.214 de 02/06/1978 do então Ministério do Trabalho, que as Normas Regulamentadoras a respeito de Segurança do Trabalho, Ergonomia, Saúde do Trabalhador, Medicina e Higiene do Trabalho estão em vigor e são de observância obrigatória como preconiza o Capítulo V da Consolidação das Leis Trabalhistas. Essas não são as únicas regras a respeito de Segurança do Trabalho, porém é nelas que os profissionais da área e interessados se baseiam em matéria do assunto.

Ante o exposto, este projeto investigará a seguinte questão: Qual a relação entre Aprendizagem, Inovação e Segurança do Trabalho em Pequenas Empresas de Calçados do APL Calçadista de Nova Serrana?

Para resolver essa questão será necessário alcançar saberes de diversas áreas, já que Aprendizagem, Inovação e Segurança do Trabalho são conceitos multidisciplinares.

Para operacionalizar a pesquisa no prazo requerido para a conclusão do Mestrado, essas grandes áreas terão que ser desmembradas e o foco voltado a aspectos específicos do problema geral. Logo, o objetivo geral desse projeto será analisar os processos de aprendizagem nas empresas do APL calçadista de Nova Serrana relacionados à implantação da NR nº 12.

Para alcançar o objetivo proposto elenquei alguns objetivos específicos que comporão o caminho a percorrer para êxito desse projeto:

- a) Discriminar os atores envolvidos na criação dos recursos para a implantação da NR nº 12, descrevendo seus respectivos papéis no contexto de aprendizagem e inovação;
- b) Descrever os conteúdos de aprendizagem desses atores envolvidos no contexto de implantação da NR nº 12;
- c) Identificar os recursos criados nas empresas em função da implantação da NR nº 12 (recursos organizacionais);
- d) Identificar os recursos coletivos criados no APL em função da implantação da NR nº 12 (recursos da rede);

“Inovação é uma palavra derivada da palavra latina —*innovātus*, —*in*, significando —movimento para dentro mais o adjetivo —*novus*, significando novo. Assim, inovação é o movimento em busca do novo.” (Grizendi, 2011)

Tratando a respeito do que é considerado Inovação, o Manual de Oslo, publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entende que inovação pode ser um produto (bem ou serviço), processo, marketing ou método de negócio interno ou externo ao ambiente da empresa. Essa inovação deve ser nova ou com significativo melhoramento para a empresa (OCDE, 2005).

A Inovação tem a característica de requerer cooperação para ser realizada. O ambiente do APL é lugar propício a essas trocas, pois mantém relação com as características de redes e através disso facilita os processos de aprendizagem para as organizações que dele participam.

“Aprendizagem é um processo Psicológico que ocorre no nível do indivíduo.” (Abbad & Borges-Andrade, 2014). Sendo assim, segundo esses autores, a aprendizagem é a mudança de comportamento do indivíduos resultante de sua interação com o contexto. A aprendizagem em organizações acontece por meio de seus membros que interagem em rede e, com isso, desenvolvem as normas, valores e a cultura organizacional.

Como a inovação precisa de cooperação para ser realizada, nesse projeto a aprendizagem e seus processos serão abordados nos níveis individual, organizacional e da rede.

A Segurança do Trabalho é ciência que trata da gestão de riscos para a Segurança, Saúde e Preservação da Vida Humana em condições de trabalho.

No Brasil, a legislação relacionada à prescrição de medidas preventivas de acidentes e doenças está presente em leis trabalhistas, previdenciárias e outras, mas principalmente nas Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Tais dispositivos vieram para complementar o que dispõe o Capítulo V da Consolidação das Leis Trabalhistas ao tratar da Segurança e Medicina do Trabalho (Oliveira, 2007).

Outro fator que contribui para acidentes é a terceirização, estratégia frequente na indústria calçadista do país.

O Manual de Oslo, relacionando os objetivos e efeitos da inovação em alguns fatores dentro das empresas, traz que Inovações em Processos e Inovações Organizacionais têm impacto direto na melhoria das condições de trabalho, na redução de impactos ambientais ou melhoria da saúde e da segurança e na execução de exigências regulatórias (Manual de Oslo, 2005).

Entendendo que essa norma é uma oportunidade para as MPEs aprimorarem seu ambiente de trabalho e ao mesmo tempo considerando-a como causa e efeito de inovação, pretendo identificar quais os fatores de aprendizagem relacionados à implantação da NRº 12.

Relacionando as partes integrantes de uma pesquisa Günther (2003) afirma que ao método cabe a função de “espinha dorsal”, apresentando o planejamento para o estudo do problema.

Nessa pesquisa, pretendo utilizar a Análise de Redes Sociais (ARS) como método de análise, levando em conta que a rede faz parte do método e também pode ser a unidade de análise já que a sociedade é constituída por redes sociais (Bastos, Loiola & Regis, 2015).

Silveira e Farina (2012, p. 36) consideram que “o conceito de APLs tem forte relação com o conceito de rede, podem ser utilizados vários elementos deste para análise de APLs.”

Os participantes da pesquisa são as Micro e Pequenas Empresas pertencentes ao APL Calçadista de Nova Serrana e que sejam fabricantes.

Essa distinção é necessária pois pode existir dentro do arranjo empresas com outro porte ou que tenham outra função, como fabricantes de máquinas para o setor ou façam parte da cadeia de suprimentos, como fornecedores de couro.

Para definir quem são as MPEs, será utilizado o critério de número de trabalhadores (até 99) e também o teto de faturamento (até R\$ 4. 800.000,00).

As empresas analisadas serão aquelas que não estão filiadas ao Sindicato Intermunicipal de Nova Serrana.

Farei a coleta de dados auxiliada pela equipe de estudantes de iniciação científica pertencente ao grupo de pesquisa do qual faço parte: Pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho, sob a orientação da Doutora Ariane Agnes Corradi.

O início da coleta se dará assim que o projeto for analisado pela banca de qualificação e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – COEP – UFMG.

Antes e também durante a fase de coleta serão colhidas informações em fontes documentais relacionadas ao APL de Nova Serrana. O objetivo de analisar esses documentos será buscar subsídios para construção dos instrumentos de coleta (questionário estruturado e roteiro de entrevista). Os documentos que servirão de base serão aqueles do período de 2011 a 2016 quando os prazos para adequação começaram e até a última atualização da norma. Assim é possível se o tempo tem influência nas atividades de inovação.

Serão utilizados questionários para mapear os elos que formam a rede do APL. O questionário vai abordar ainda as variáveis para caracterização da empresa (quantidade de funcionários, faturamento e também dados dos responsáveis da empresa).

As entrevistas semiestruturadas serão realizadas após a análise dos questionários estruturados e serão direcionadas às empresas que implantaram a NR N° 12. Outras entrevistas serão realizadas com os representantes das instituições elencadas como participantes nesse intento.

Antes do acesso a dados particulares das instituições e empresas relacionadas ao APL, da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas, será solicitado aos responsáveis assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde constarão informações a respeito do problema de pesquisa, dos objetivos e dos procedimentos metodológicos. Além disso, sempre ficará a critério dos empresários participar ou não da pesquisa.

Durante a análise dos dados e principalmente na fase de divulgação dos resultados da pesquisa, todo cuidado será tomado a fim de preservar o sigilo dos dados dos participantes, já que o intuito é que todos venham a ganhar com avanços científicos.

A análise dos dados de redes sociais será feita com o auxílio do Software de ARS UCINET, ao passo que a análise dos dados qualitativos das entrevistas será feita por meio do Software Atlas.ti. Através

do UCINET será analisada a dimensão estrutural do APL e com o Atlas.ti realizarei análise dos conteúdos de aprendizagem transacionados na rede.